

ATA DA SEXAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 12-7-2017.

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvaro Araujo, Alvoni Medina, André Carús, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marília Fidell, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Resolução nº 030/17 (Processo nº 1662/17), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 143/17 (Processo nº 1266/17), de autoria de André Carús; os Projetos de Resolução nºs 032 e 034/17 (Processos nºs 1709 e 1771/17, respectivamente), de autoria de João Bosco Vaz; os Projetos de Resolução nºs 016 e 017/17 (Processos nºs 1027 e 1028/17), de autoria de Marília Fidell; e o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/17 (Processo nº 1353/17), de autoria de Professor Tovi. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 258/16, 079/17, este discutido por Aldacir Oliboni e Engº Comassetto, 080, 081 e 164/17, este discutido por Adeli Sell, os Projetos de Lei do Executivo nºs 032, 038, 041 e 036/16, este discutido por Sofia Cavedon, os Projetos de Resolução nºs 029 e 036/17, este discutido por Adeli Sell. Também, Rodrigo Maroni pronunciou-se durante o período de Pauta. Na ocasião, foram apregoadas as seguintes Emendas: nº 01, assinada por Fernanda Melchionna, ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/17 (Processo nº 1306/17); nºs 09, assinada por Airto Ferronato, e 10, assinada por Idenir Cecchim e André Carús, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17 (Processo nº 1433/17). Também, foi apregoado o Ofício nº 1178/17, do Prefeito, encaminhando a Mensagem Retificativa nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Rodrigo Maroni e Roberto Robaina. Na ocasião, foram apregoados a Emenda nº 11, assinada por Tarciso Flecha Negra, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, e Requerimento de autoria de Tarciso Flecha Negra, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque dessa emenda. Também, foram apregoados a Emenda nº 12, assinada por Airto Ferronato, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, e Requerimento de autoria de Airto Ferronato, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque das

Emendas nº 09 e 12 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17. Ainda, foram apregoados as Emendas nº 13 e 14, assinadas por Prof. Alex Fraga, e 15 e 16, assinadas por Fernanda Melchionna, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, e Requerimento de autoria de Prof. Alex Fraga, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque dessas emendas. Também, foram apregoadas as Subemendas nº 01 e 02, assinadas por Tarciso Flecha Negra, à Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17. Às quinze horas e vinte e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. A seguir, foram apregoados a Emenda nº 17, assinada por Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Sofia Cavedon e Adeli Sell, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, e Requerimento de autoria de Sofia Cavedon, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque dessa emenda. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17 (Processo nº 1433/17), após ser discutido por André Carús, Prof. Alex Fraga, Adeli Sell, Rodrigo Maroni, Aírto Ferronato, Mauro Zacher, Idenir Cecchim, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Rodrigo Maroni, Fernanda Melchionna, Tarciso Flecha Negra, Aírto Ferronato, Dr. Thiago, Sofia Cavedon e Engº Comassetto. Durante a apreciação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres e Paulinho Motorista cederam seus tempos de discussão a Cláudio Janta, Rodrigo Maroni e Aírto Ferronato, respectivamente. Na oportunidade, foram apregoados a Emenda nº 18, assinada por Reginaldo Pujol, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, e Requerimento de autoria de Reginaldo Pujol, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque dessa emenda. Também, foram apregoados a Emenda nº 19, assinada por Rodrigo Maroni, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, e Requerimento de autoria de Rodrigo Maroni, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque dessa emenda. Ainda, foram apregoados Requerimentos de autoria de Reginaldo Pujol e Cláudio Janta, deferidos pelo Presidente, solicitando, respectivamente, a retirada de tramitação da Emenda nº 18 e votação em destaque da Mensagem Retificativa nº 01 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17. Também, foram apregoados a Emenda nº 20, assinada por Reginaldo Pujol, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, e Requerimento de autoria de Reginaldo Pujol, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque dessa emenda. Ainda, foi apregoadado Requerimento de autoria de Idenir Cecchim, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque da Emenda nº 10 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e um minuto às dezessete horas e quatro minutos. Em continuidade, foi apregoadado o Projeto de Resolução nº 039/17 (Processo nº 1932/17), de autoria da Mesa Diretoria. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 09 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, por doze votos SIM, vinte e um votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, após ser encaminhada à votação por Aírto Ferronato, Roberto Robaina, Engº Comassetto e Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, João

Bosco Vaz, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra, votado Não Alvaro Araujo, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marília Fidell, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Reginaldo Pujol. Foi votada destacadamente e aprovada a Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, por vinte e um votos SIM e treze votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Sofia Cavedon, Reginaldo Pujol, Fernanda Melchionna, Roberto Robaina, Idenir Cecchim e Rodrigo Maroni, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Alvaro Araujo, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marília Fidell, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein e votado Não Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Dr. Thiago, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. Foi votada destacadamente e rejeitada a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, por treze votos SIM e vinte votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Tarciso Flecha Negra, Sofia Cavedon, Mendes Ribeiro, Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga e Cláudio Janta, este duas vezes, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Dr. Thiago, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e votado Não Alvaro Araujo, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marília Fidell, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein. Após, o Presidente declarou prejudicadas a Subemenda nº 02 aposta à Mensagem Retificativa nº 01 e as Emendas nºs 11 e 17 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, em face da rejeição da Subemenda nº 01 aposta à Mensagem Retificativa nº 01. Em prosseguimento, foi aprovada a prorrogação da duração da presente Sessão, nos termos regimentais. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 10 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, por trinta e dois votos SIM, após ser encaminhada à votação por André Carús, Professor Wambert e Rodrigo Maroni, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marília Fidell, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor

Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 12 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, por quatorze votos SIM e dezessete votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Airto Ferronato, Engº Comassetto, Tarciso Flecha Negra e Fernanda Melchionna, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Dr. Thiago, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e votado Não Alvaro Araujo, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marilia Fidell, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert e Rodrigo Maroni. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 13 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, por sete votos SIM e vinte e quatro votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Prof. Alex Fraga, Sofia Cavedon, Professor Wambert e Fernanda Melchionna, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e votado Não Airto Ferronato, Alvaro Araujo, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marilia Fidell, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 14 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, por dez votos SIM, vinte e um votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, após ser encaminhada à votação por Prof. Alex Fraga e Adeli Sell, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon, votado Não Alvaro Araujo, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marilia Fidell, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Rodrigo Maroni e optado pela Abstenção Valter Nagelstein. A seguir, foi apreçada a Emenda nº 02, assinada por Sofia Cavedon, ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/17 (Processo nº 1306/17). Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 15 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, por nove votos SIM e vinte e quatro votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e votado Não Airto Ferronato, Alvaro Araujo, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marilia Fidell, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes

Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 16 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, por sete votos SIM, vinte e três votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, após ser encaminhada à votação por Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon e Idenir Cecchim, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, André Carús, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon, votado Não Alvaro Araujo, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marília Fidell, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Tarciso Flecha Negra. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 19 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, por doze votos SIM e dezoito votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Rodrigo Maroni, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e votado Não Alvaro Araujo, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marília Fidell, Matheus Ayres, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum e Reginaldo Pujol. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 20 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, por trinta e três votos SIM, após ser encaminhada à votação por Reginaldo Pujol, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvaro Araujo, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marília Fidell, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra, Valter Nagelstein. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, por vinte e sete votos SIM e seis votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Alvaro Araujo, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marília Fidell, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e votado Não Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon. Em continuidade, foi apregoada Declaração de Voto ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 005/17, assinada por Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga, Adeli

Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto e Sofia Cavedon. Também, Adeli Sell registrou sua intenção de votar contrariamente ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 003/17 (Processo nº 1306/17), por após ser discutido por Valter Nagelstein e encaminhado à votação por Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna e Felipe Camozzato. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/17, por seis votos SIM, vinte e três votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon, votado Não Alvaro Araujo, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marília Fidell, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Tarciso Flecha Negra. Foi rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/17, por seis votos SIM e vinte e quatro votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon e votado Não Alvaro Araujo, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marília Fidell, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 003/17, por trinta e dois votos SIM, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvaro Araujo, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marília Fidell, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Durante a sessão, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Ricardo Gomes, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico. Às vinte horas e vinte e dois minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em

votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2571/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 258/16, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que denomina Rua Ariano Vilar Suassuna, Rua Tarsila do Amaral, Rua Clarice Lispector, Rua Edgar Allan Poe, Rua José Saramago, Rua Oscar-Claude Monet, Rua Michelangelo, Rua Salvador Dalí, Rua Van Gogh, Rua Cora Coralina, Rua Aleijadinho, Rua Di Cavalcanti e Rua Leonardo da Vinci logradouros não cadastrados que especifica, localizados no Bairro Rubem Berta, e Rua Gabriel García Márquez o logradouro não cadastrado conhecido como Rua R – Loteamento Vitória da Conquista –, localizado no Bairro Santa Rosa de Lima.

PROC. Nº 2655/16 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 032/16, que declara de utilidade pública a entidade Ação Social de Fé.

PROC. Nº 2751/16 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 036/16, que declara de utilidade pública a entidade Associação dos Moradores da Vila Parque Santa Anita.

PROC. Nº 2754/16 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 038/16, que declara de utilidade pública a entidade Grêmio Beneficente dos Subtenentes e Sargentos 7 de Setembro.

PROC. Nº 2763/16 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 041/16, que declara de utilidade pública a entidade Liga Feminina de Combate ao Câncer no Rio Grande do Sul.

PROC. Nº 0814/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 079/17, de autoria da Ver^a Laura Sito, que cria o Programa Salas de Acolhimento nas escolas públicas da rede municipal de ensino.

PROC. Nº 0815/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 080/17, de autoria da Ver^a Laura Sito, que institui, no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, o Programa para a Valorização de Iniciativas de Mulheres Negras Empreendedoras.

PROC. Nº 0816/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 081/17, de autoria da Ver^a Laura Sito, que institui o Programa Municipal de Enfrentamento e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar, Sexual e de Gênero Contra a Mulher nas escolas da rede municipal de ensino.

PROC. Nº 1453/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 164/17, de autoria do Ver^a Fernanda Melchionna e outros, que cria o Programa de Combate ao Assédio Sexual no Transporte Coletivo.

PROC. Nº 1605/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 029/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação de Cegos do Rio Grande do Sul – Acergs.

PROC. Nº 1862/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 036/17, de autoria da Mesa Diretora, que institui a Semana do Meio Ambiente na Câmara Municipal de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, ao PLE nº 003/17.

Apregoo a Emenda nº 09, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLCE nº 005/17.

Apregoo a Mensagem Retificativa nº 01, de autoria do Poder Executivo Municipal, ao PLCE nº 005/17.

Apregoo a Emenda nº 10, de autoria dos Vers. Idenir Cecchim e André Carús, ao PLCE nº 005/17.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, prezados usuários e usuárias dos parques, praças, Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, querido ex-Secretário Edgar Meurer, que está aqui; também cumprimento toda a equipe de professores, professoras, estagiários e estagiárias que fizeram dessa uma grande, uma enorme Secretaria. Hoje é um dia, Ver. Cassiá Carpes, que está deixando todos e todas, que o senhor conhece muito bem, com o coração na mão. Vocês devem estar como eu estou, porque é um dia decisivo para uma luta, para uma construção de quase cem anos! Uma construção muito brigada na cidade de Porto Alegre! Talvez, só neste ano, eu tenha tomado a dimensão da teia social, da enormidade da penetração do trabalho que foi construído nesses anos todos por esta pequena-grande Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação. Só os números que nós conhecíamos, ou os eventos de que participamos, ou, eventualmente, uma competição, uma visita a um parque ou a uma praça não davam a dimensão da construção social que essa Secretaria fez. Com um orçamento minúsculo, com um orçamento mínimo, asfixiada, sem possibilidade de investimento, com pouquíssimo recurso para manutenção, com uma equipe pequena, cada vez menor e, mesmo assim,

viabilizando enormes eventos. Nessa caminhada de seis meses de enfrentamento e de reflexão, o que encontramos com a mudança proposta pela Prefeitura Municipal? Encontramos energias humanas que tiram as pessoas de casa, tiram as pessoas da depressão, da doença, do isolamento, que tiram a doença da vida das pessoas e que desenvolvem felicidade, saúde, harmonia! Nós encontramos uma Secretaria que, como nenhuma outra, construiu gestão, parceria, cuidado com o que é de todos, com o que é público, com o que é da Cidade. Quando a Secretaria sai, os professores saem, vira abandono, fica às escuras, fica depredado, fica violento! O que faz essa Secretaria com essa parceria maravilhosa? Mantém aquelas praças limpas, vivas. Essa Secretaria tira as praças do abandono, mobiliza energia com recursos que não são do orçamento, nas parcerias público-privadas – essas que o Prefeito diz que gosta –, sem tornar privado o espaço público. Ela já busca um pouquinho de cada um, Ver. Nedel. A maioria faz ginástica, faz caminhada orientada, faz ioga, vôlei, câmbio, alongamento, dança e se diverte. A Secretaria só não faz mais, porque não tem mais braço nem perna para responder a tanta resposta positiva da comunidade, pois essa turma coloca um pouco de contribuição mensal, trimestral, semanal, o que faz com que tenha espaços incríveis, impensáveis nas nossas praças e parques, como ar-condicionado, com piso adequado, com espelho para ginástica. Eu encontrei musculação lá no Ararigboia, no Tesourinha, no Ceprima! Brinquedoteca! É um mundo que só é possível, porque há uma Secretaria onde as pessoas trabalham com o amor e o ânimo do povo de Porto Alegre, dos homens e mulheres de Porto Alegre que amam a sua Cidade, que amam o esporte e o lazer e que amam a vida com qualidade.

Eu espero que hoje a Câmara de Vereadores ajude o Prefeito a compreender isso e valorize o que vocês construíram...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, todos do esporte aqui presentes; tinha um treinador que falava: “A voz do povo é a voz de Deus”. Falou isso quando ele me tirou do time, porque o povo me vaiava, pedia a minha retirada. Aí, passaram dois, três jogos, estava no banco, e o povo começou a gritar “Tarciso!”. Olhei para ele e falei: “A voz do povo é a voz de Deus”. Gente, a coisa mais fácil é quando a gente faz o gol, milhares de pessoas nos abraçam; quando erra o pênalti, dificilmente; até o próprio colega do lado não abraça. Estou entrando com uma emenda, porque a minha bandeira, sempre disse aqui na Casa, é educação, esporte e inclusão social. No Rio de Janeiro, uma criança poderia ter tido um outro caminho, mas a educação e o esporte formaram este cidadão aqui. Respeito, companheirismo, tudo eu ganhei dentro do esporte. Ensinei a meus

filhos o que é o esporte, um deles é professor de educação física como muitos de vocês. Não tenho como votar contra o esporte, porque nasci dentro do esporte. Peço aos nobres colegas: o esporte na cidade, no nosso País, que está se destruindo. A educação no esporte é muito importante, é isso que forma um cidadão de bem, um cidadão equilibrado lá na frente.

Trabalhei 16 anos nas periferias de Porto Alegre. Trabalhei na Secretaria de Esportes por cinco anos, com o Secretário João Bosco Vaz. Vi, nas comunidades Chapéu do Sol e Sarandi, como era importante para os filhos daquelas famílias estarem ali no campinho praticando, em vez de estarem na esquina buscando outro caminho. Eu procurei, dentro daquilo que o esporte me deu, dentro daquilo que o Papai do Céu me deu... Até hoje, a minha bandeira é a educação, o esporte, a inclusão social da criança, do jovem, a cultura e o lazer. Hoje eu sou presidente dessa comissão e tenho uma responsabilidade muito grande, porque, além de ser presidente, sou uma pessoa que acredita no esporte. Um país sem esporte, eu não sei, gente. A Alemanha é fortíssima no esporte. O esporte não é o jogador profissional, o esporte tem muitas outras coisas boas que podem fazer a integração, a socialização dessas crianças. Tudo o que eu estou falando é do meu coração. Não é ninguém: não é filho, não é esposa, não é empresário, não é ninguém, nem vocês. Eu falo do esporte, porque eu acredito no esporte, o esporte me levou a ser este cidadão que sou hoje. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a Emenda nº 11, de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra, ao PLCE nº 005/17.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 11 ao PLCE nº 005/17.

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Obrigado, Presidente. Boa tarde, colegas Vereadores; boa tarde, público presente, é um prazer recebê-los na nossa Casa; hoje é um dia importante para Porto Alegre. Eu quero iniciar pedindo licença a todos os presentes, eu sei que o debate acerca da Secretaria de Esportes e de todas as outras é muito importante, mas hoje é um dia especial, principalmente para mim, que sou representante do partido NOVO e que estive nas ruas, por muito tempo, pedindo o *impeachment* de Dilma Rousseff e querendo ver muitos destes políticos que estão no Congresso Nacional ou que estiveram na presidência serem efetivamente julgados e presos. E hoje, não sei se vocês viram, o ex-presidente Lula foi condenado a nove anos de prisão, é uma data histórica. Percebo que há algumas pessoas vaiando o fato de o Lula ser condenado a nove anos de prisão, mas, se eu pedir uma salva de palmas para o “Fora Temer”, todos aplaudem? (Aplausos.) Acho que tem que ser “Fora Temer” e “Fora Lula”, prisão para os dois e tudo mais. Não tem bandido de estimação!

Quero trazer um debate interessante sobre o que houve ontem no Congresso Nacional, e quero parabenizar os Senadores que votaram a favor da reforma trabalhista, uma reforma importante, principalmente para os 14 milhões de desempregados, que, por conta desta CLT, que vem de um regime fascista, inspirado em Mussolini, impedia as pessoas de conseguirem trabalhar. (Vaias.) Engraçado...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vereador, seu tempo está assegurado. Solicito às galerias que deixem o Vereador falar. Estamos acostumados a receber várias pessoas da cidade de Porto Alegre, e sempre temos feito uma combinação: quando o Vereador está na tribuna, escutamos. Após a manifestação, abrimos um espaço para as galerias se manifestarem. Peço a compreensão de todos, para que possamos ter uma boa tarde de trabalho.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Obrigado, Presidente. Como eu ia dizendo, achei muito curioso e novamente antidemocrático o que algumas pessoas ligadas a partidos de esquerda fizeram ontem, invadindo a mesa do Senado para impedir a votação de representantes eleitos democraticamente pelo povo brasileiro. A gente sabe que, quando se impede o Parlamento de falar e de exercer o seu direito de voto, o que se está fazendo é totalitarismo, é uma forma de ditar, de ditadura, de impor a sua visão de mundo sobre os outros. Então, eu repudio o que essas pessoas fizeram, da mesma forma que repudiei as pessoas que invadiram esta Câmara de Vereadores na semana que passou, para impedir este Parlamento de votar, o que foi um absurdo. Isso é um comportamento – com todo o respeito – de DCE, de Diretório Central de Estudantes. As pessoas não amadureceram. Essas pessoas que invadem o Parlamento e acham que vão calar parlamentares eleitos democraticamente pelo povo à base de gritos, de ameaças e de agressão, como foram agredidos os Vers. Cláudio Janta e Valter Nagelstein, isso não é possível de se tolerar, isso é inadmissível. E trago a frase de George Orwell, no seu livro “1984”, que nunca se fez tão atual quanto o que a gente está vendo por parte de alguns militantes, de algumas lideranças partidárias que, infelizmente têm representação na nossa política. Diz George Orwell: “Guerra é paz, liberdade é escravidão, ignorância é força”, referindo-se à nova forma de ressignificar as palavras. Eu vou ressignificá-las aqui. George Orwell fala que guerra é paz. No nosso contexto atual, guerra e paz entram em contradição quando se pede diálogo e, depois, se invade um plenário por discordar de posições. Liberdade é escravidão quando você pede liberdade, por um lado, mas escraviza trabalhadores por meio de uma legislação trabalhista que não lhes permite negociar com seu patrão o horário de almoço, as férias, estabelecer contratos voluntários de trabalho e assim por diante. Por último, ignorância é força, porque muita gente, infelizmente, acaba não se informando – ignorância no sentido de desconhecimento – e agride as pessoas por conta de posições. Eu mesmo fui vítima de agressões, tanto nas ruas como na minha página do Facebook, de militâncias ligadas ao Partido dos Trabalhadores por acharem – e não lerem – que eu estava contra os

professores da rede municipal de ensino, quando eu vim a esta tribuna apenas informar à população de Porto Alegre que temos 36% de professores afastados por licença médica, o que é um problema que nós temos que resolver, e é um problema para os servidores de educação, porque eles estão sendo prejudicados. Mas, em vez de discutir problema, preferiram me ofender, ofender a minha família, me agredir e dizer que eu estava querendo, de alguma forma, atender a interesses escusos. Eu só apresentei uma informação. Então, isso é tratar ignorância com força, é partir para agressão, para invasão, para intimidação em vez de querer o diálogo e o conhecimento.

Portanto, faço questão de registrar minha fala e agradeço a atenção de todos. Espero que o debate hoje seja profícuo, especialmente para a população de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a Emenda nº 12, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLCE nº 005/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 09 e nº 12 ao PLCE nº 005/17.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas, aliás, a maioria mulheres nesta luta histórica que vocês estão fazendo em defesa do esporte no Município de Porto Alegre. Eu quero cumprimentá-las por esta luta necessária, diante da possibilidade de desmonte da SME, na defesa das conquistas da cidade de Porto Alegre, da vida comunitária construída através do esporte em várias comunidades, em várias praças, em vários bairros e que hoje caminha para que a gente possa, Ver. Tarciso, aprovar sua emenda e manter a SME no organograma oficial da Cidade. Nós, da oposição, votaremos na sua emenda e estamos apoiando a Frente Parlamentar em Defesa do Esporte – cuja Presidente é a Ver.^a Sofia Cavedon, com a participação de vários Vereadores –, que tem mostrado esse panorama tão importante de uma Secretaria que tem pouquíssimos recursos – recebeu, no ano passado, 0,37% do orçamento – e que faz a diferença para crianças, adultos e idosos numa cidade que respeita a vida comunitária e que tem a compreensão do esporte como uma atividade de lazer, de saúde e, sobretudo, preventiva com relação à segurança. É fundamental a luta de vocês, bem como aprovarmos a emenda assinada pelo Ver. Tarciso, a partir desta mobilização histórica. Teremos muito tempo para discutir a reforma administrativa do Marchezan, o pacote de maldades, aprovado em boa parte, lamentavelmente, assim como para os debates da tarde.

Não poderia deixar de responder ao Ver. Felipe Camozzato, porque, se amadurecer é votar contra os interesses dos trabalhadores, quando a ampla maioria da população é contra a reforma trabalhista, Vereador, nós nunca amadureceremos, sempre

estaremos junto com a classe trabalhadora. Se amadurecer é votar junto com um Senado podre, com um terço dos Senadores investigado na Lava Jato, votar junto com o Aécio, que deveria estar na cadeia, para que mulheres lactantes possam trabalhar em lugar insalubre, nós nunca vamos amadurecer. Se amadurecer é permitir rasgar as conquistas da classe trabalhadora, para que o negociado valha sobre o legislado no que há de pior – porque hoje o negociado pode valer sobre a lei quando é benéfico, quando é melhor para os trabalhadores, quando é fruto de uma conquista, de uma mobilização, de uma greve, de uma luta da categoria... O que eles querem – a FIESP, a grande burguesia, os grandes empresários – é que o negociado valha sobre o legislado, para ter menos férias, para ter menos horário de almoço, para que se ganhe menos e, ao mesmo tempo, para que haja o rebaixamento global dos salários. Alguns Vereadores adoram falar dos países de Primeiro Mundo – eu não gosto muito desse termo –, que enriqueceram saqueando as colônias, a América Latina, a África, etc. Vamos pegar o exemplo da Espanha, que teve uma reforma trabalhista parecida com esta há cinco anos. O que aconteceu? Diminuíram os salários de todo mundo, aumentou a precariedade de todo mundo, e existe uma situação em que há jovens com doutorado pedindo dinheiro nas ruas a partir de uma crise global, de um rebaixamento global dos salários e do aumento do desemprego.

Quero ainda dizer que a CLT não foi um presente do Getúlio Vargas, como o Vereador deu a entender, embora possa ser discutível a relação dele com a Itália, etc., etc. A CLT foi uma conquista de 30 anos de luta da classe trabalhadora que começou, em 1903, fazendo greves históricas no Brasil. É óbvio que as classes dominantes querem que o povo se esqueça disso, porque têm medo do potencial de mobilização quando se sabe do passado para construir um futuro de direitos, e não um futuro de um Congresso corrupto, de um governo que tem como presidente o chefe da quadrilha, que segue tentando atacar os direitos e quer, à base da força, aprovar a reforma trabalhista, como aconteceu no dia de ontem – triste e revoltante – com a reforma trabalhista. E querem aprovar a reforma da previdência logo adiante, o que é uma das grandes tentativas das elites brasileiras.

Quero concluir dizendo uma frase – não é minha, não tenho essa genialidade – de Bertolt Brecht: “Do rio que tudo arrasta diz-se que é violento. Mas ninguém chama violentas às margens que o comprimem”. Na verdade, a casta política e as elites econômicas estão massacrando a classe trabalhadora brasileira nesta crise, neste arrocho, neste desemprego, nestas reformas, com um Congresso ilegítimo, com um Governo corrupto, na tentativa, agora, de tirar o Temer – nós queremos o “Fora Temer” –, mas de não chamar eleições diretas, fazendo com que o Rodrigo Maia tenha um governo-tampão para ajustar. É muito fácil chamar de radicais aqueles que lutam por direitos, e não chamar de autoritários e violentos aqueles que querem tirar os direitos construídos durante muitas décadas de luta. Mas, certamente, nenhum Vereador, nem as elites vão conseguir apagar a história da classe trabalhadora. Nós resistiremos, luta que segue.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Vereadores, Vereadoras, colegas da Câmara Municipal, público de senhores e senhoras que nos assiste – observo que se encontram na faixa dos 50 aos 80 anos –, uma saudação muito especial a vocês por estarem aqui presentes fazendo uma luta legítima, protestando. Quero relatar a vocês o que tem ocorrido nesta Câmara nas últimas semanas, que é fundamental. A gente sabe que a TVCâmara, apesar de fazer um trabalho sensacional, muitas vezes não consegue fazer a transmissão equivalente a dos grandes meios de comunicação, até por conta da cultura da nossa população de acompanhar pouco a política. Eu fico muito orgulhoso de o meu avô estar aqui mais uma vez. Eu estava festejando o aniversário de 90 anos dele, Ver. Cecchim, do meu avô Décio, italiano, que está aqui pela terceira ou quarta vez este ano. Eu quero dizer para vocês, reiterar que, infelizmente, o plenário está tendo que ter essa contenção que, inclusive, eu estou tentando liberar, pela postura do Sindicato dos Municípios na semana passada, o Simpa. Quero que vocês saibam, porque tem que se saber a verdade, que o Simpa invadiu a Câmara de Vereadores na semana passada não permitindo que houvesse votação. Independentemente da posição de cada Vereador, e eu posso ser contrário a cada Vereador, mas cada Vereador tem legitimidade de votar como quer. Quero reiterar a seguinte posição: eu perdi aqui muito mais do que ganhei, os meus projetos nem passaram na CCJ para vir a plenário. Se forem ver os meus projetos que foram aprovados, se não foi nenhum, foi quase nenhum. Mais perdi do que ganhei, mas sempre aceitei, nunca reuni minha família, ou turma de protetores e mandei invadir para a gente tentar ganhar alguma votação aqui dentro. Como o Felipe falou, eu quero esclarecer, aí tem gente inteligente, não pessoas como as que estavam aqui na semana passada e que eram do Simpa. O presidente do Simpa muito me envergonha, e, lamentavelmente, o Sindicato está abandonado na mão dessa pessoa. Lamentavelmente. Sabem por quê? Porque manda invadir para mostrar que é de luta – ele quer ganhar a eleição do Simpa de novo –, em vez de tratar na boa e tentar negociar. É para mostrar que o Simpa não deixa e que manda na Câmara de Vereadores. Eu quero saber se alguém aqui tem acordo se um morador de rua chegar, bater na porta de vocês, pedir um prato de comida, e, se vocês negarem, ele ocupar ou invadir a casa? Alguém aqui tem acordo com isso? Alguém tem acordo se, ao chegar a uma loja para comprar um carro, o cara disser que é R\$ 50 mil, e você disser que não, que paga só R\$ 30 mil, você vai sair com o carro? Alguém tem acordo com isso? Essa é a prática do Simpa. Uma vergonha, a maior vergonha! Mais do que da Prefeitura é do Simpa, porque há consequência direta do que está gerando.

Aí falam do MBL, e eu sou o primeiro crítico do MBL. Quantas vezes eu falei do MBL aqui? Eu odeio quem ridiculariza, debocha da pauta de servidor! Sou defensor incondicional de trabalhador, de funcionário, de idosos! Sou defensor incondicional dos animais! Agora, meia dúzia do MBL, sou contra! Do outro lado, tem 500 do Simpa que são a mesma coisa que o MBL! Tem 500 do Simpa com a mesma postura do MBL, gravando videozinhos, dizendo isso e aquilo, mostrando a versão,

gerando ódio, pulando, subindo nas mesas, para não ter votação. E ainda se orgulharam disso! Eu vou dizer para vocês: quem acredita no sindicato que pense uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Quantos, na sua vida – e aqui tem pessoas com 70 anos –, viram alguém sair do sindicato e voltar para o seu local de trabalho para trabalhar? Quantos? Eu conheço vários que ficaram 40 anos em sindicatos, 40 anos! A minha mãe, que é funcionária pública, falou que vários nunca saíram do sindicato, vários! Eu quero que vocês marquem a cara dos sindicalistas, eu acompanho o trabalho deles, quantas vezes saíram do sindicato? Viva a SME! Viva a SME! Eu quero dizer isso.

Pessoal, eu queria só pedir para vocês o seguinte: com relação à questão da política, eu acho que o sindicato deveria fazer e não sabe fazer, porque talvez... Eu vou dizer para vocês que é uma condição muito favorável o cara entrar no sindicato, pular para dentro do plenário, tomar cafezinho e chimarrão e pedir votação para a categoria, mostrando foto, dizendo que é inimigo de político. O discurso de inimigo de político é fácil, não é? Quem é que não é inimigo de político no Brasil? Eles dizem que não se rebaixam à política, sendo que a política é necessária. Vocês estão aqui, porque a política é necessária. Se não fosse necessária, ninguém estava aqui. Só que o sindicato acha que é no confronto, é pulando, é assim que se negocia. Eu, quando ia pedir alguma coisa para o meu avô, nunca cheguei dando soco na cara dele, nem empurrando, nem obrigando a fazer. Terres, tu estás rindo, mas tu fizeste isso semana passada.

Para finalizar, eu, sendo professor de história, sou um defensor das origens, sempre defendi o funcionalismo público e vou continuar defendendo. Servidor, funcionário público...

(Aparte antirregimental.)

O SR. RODRIGO MARONI: Mentira é o caramba, porque muito protesto eu fiz na vida em favor de funcionário! Inclusive, dormi dois meses em frente ao Palácio a favor dos professores. Dois meses paleteando pedra portuguesa no ano de 2000, Carús, é verdade ou não é?

(Aparte antirregimental.)

O SR. RODRIGO MARONI: Não no local de votação, mas fui para pressionar, para negociar. Na época, o CPERS, foi isso que nós fizemos. Então, tenho especialização em protesto de rua, de luta por passagem, por tudo. Só que eu acho que chega um momento que tu tens que tratar. Aí vou dizer uma coisa: eu não acho que nenhum governo – e acho que as pessoas têm que ter essa sensibilidade – tenta fazer algo para se ralar. Eu não acredito que algum presidente da República, governador ou

prefeito – sei que tem cara corrupto, tem cara sem-vergonha, tem cara do esquema, concordo – vá fazer alguma coisa para se ralar, mas os políticos não têm saída para tudo. Se a Luciana Genro fosse presidente da República, eu quero que levante a mão aqui quem acredita que todos os problemas do Brasil estariam resolvidos. Com certeza, não são todos. E a Luciana Genro foi a primeira a ser contra a reforma do Temer em 2003, e saiu do PT. O PSOL, naquele momento, foi fundado como a pior oposição ao PT contra a reforma do Temer, que, na época, era do Lula! Ninguém lembra, mas foi em 2013, basta olhar no Google. Ou seja, a vida é dinâmica na política. O que eu quero dizer com isso, gente? Tem coisas que tem que mudar na política, e eu, como um defensor... E aí vou falar na SME...

(Manifestação nas galerias.)

O SR. RODRIGO MARONI: Pessoal, acho fundamental ter de forma clara quatro coisas: primeiro, lutarem por tudo o que acreditam; segundo, questionarem o sindicato que nível de trabalho fazem, ou é só cafezinho, chimarrão e vir em véspera de eleição pedir voto; terceiro, ver quais os Parlamentares aqui na Câmara que se dizem amigos dos funcionários, ou se é só política de agitação, instigando para lotar galeria sabendo que vão perder ou ficam fazendo política de agitação ou realmente estão na luta; quarto, as coisas têm que ser pensadas pelas consequências. Na minha opinião, eu vou defender a SEDA e a SME hoje aqui. Vou defender assim como vou defender e receber qualquer funcionário público. Podem contar comigo para defender, para melhorias. E quero perguntar se a SME é boa. Não é, não é! A SEDA não é boa? Não é! Não é, Dr. Thiago. Tem que ser mudadas a SEDA e a SME, mas para melhor, e a pressão tem que ser para isso.

Nós temos que pressionar por política pública para servidor gerando consequência para a Cidade toda. Conta comigo quem for funcionário público. Conta comigo como o meu avô, que quer jogar câmbio, e hoje a quadra pega chuva e está quebrada. Ele poderia fazer ginástica olímpica, mas joga câmbio. Contem comigo pelo esporte. O meu gabinete está aberto para a gente sentar e pressionar o Prefeito, para melhorias, para as praças, para os centros de esporte, para valorização das pessoas que dão aula de esporte, assim como para a melhoria dos animais, que hoje é algo péssimo. A SEDA é péssima, não atende nem a metade do que atendo pessoalmente. Assim como os funcionários públicos, servidores, funcionários de todas as secretarias, o pessoal aqui da Câmara pode contar comigo e sabe que eu os valorizo. Meu pai e minha mãe são funcionários públicos. Mas principalmente quem não cai no conto demagógico do sindicato, de um ou dois Vereadores que querem fazer base eleitoral com o funcionalismo público. O funcionário público não vota unido em partido, ele não tem viés ideológico, ele só quer ter seus direitos e trabalhar. Assim como o pessoal da SME, assim como os idosos, assim como os animais. Muito obrigado. Vivam a luta e contem comigo sempre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 005/17.

Apregoo as Emendas nº 15 e nº 16, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, ao PLCE nº 005/17.

Apregoo a Emenda nº 13, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, ao PLCE nº 005/17.

Apregoo a Emenda nº 14, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, ao PLCE nº 005/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando que sejam votadas em destaque as Emenda nº 13, nº 14, nº 15 e nº 16 ao PLCE nº 005/17.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, hoje, nós temos um conjunto de projetos de lei em 1ª Sessão de Pauta, e quero, aqui, me somar à colega Fernanda Melchionna e a outros colegas no Programa de Combate ao Assédio Sexual no Transporte Coletivo de Porto Alegre, porque é vergonhoso o que acontece. Há uma lei de minha autoria que trata dos temas atinentes a esta questão e aos temas da mulher, e eu gostaria que já se colocasse nos ônibus, em todos os meses de novembro, material educativo, provocativo, sobre o tema da mulher. Hoje, mais do que nunca, precisamos resguardar a dignidade da pessoa, a dignidade humana e a dignidade das mulheres. (Palmas.)

Outro projeto de lei é da Mesa Diretora, e vem em boa hora, porque, aqui, nós legislamos muitas e muitas vezes sobre questões da área ambiental, e, no entanto, não tínhamos uma Semana Municipal do Meio Ambiente na Câmara Municipal de Porto Alegre.

São dois projetos de lei que eu quero enfatizar e dizer que os apoiamos e que vamos trabalhar para que sejam aprovados.

Espero também, finalmente, que esta tarde seja proveitosa ao povo de Porto Alegre, porque já posso expressar previamente aqui a minha votação: vou votar pela manutenção da SME. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, saúdo, de modo especial, todos os cidadãos e cidadãs que estão aqui no dia de hoje na defesa da manutenção da SME em Porto Alegre.

Queria também referendar aqui os vários projetos que hoje estão em pauta. Alguns deles dialogam com o esporte e com a saúde, como, por exemplo, o do

Executivo, que declara de utilidade pública o Grêmio Beneficente dos Subtenentes e Sargentos 7 de Setembro está em tramitação de pauta aqui; do próprio Executivo, que declara de utilidade pública a entidade Liga Feminina de Combate ao Câncer do Rio Grande do Sul; e também o PLL nº 080/17, da Ver.^a Laura Sito, que cria o Programa Salas de Acolhimento nas escolas públicas municipais da rede de ensino.

Quando nós falamos em saúde, em prevenção, nós, com certeza, Ver. Cassiá Carpes, dialogamos com uma das demandas trazidas pelos cidadãos e cidadãs da terceira idade, quando, por orientação de médicos e especialistas, dizem que é de extrema importância uma atividade esportiva para poder haver uma melhor qualidade de vida, através de uma ação esportiva.

Se nós observarmos, do ponto de vista da qualidade de vida da Cidade, onde em torno de 15% da população é de idosos, não tem por que nem o Governo, nem nós – Vereadores – não propormos iniciativas que dialoguem com a questão da saúde pública. Queiram ou não, na medida em que vamos ficando idosos, Ver. Tarciso Flecha Negra, nós temos que ter um maior cuidado e temos que ter o Poder Público ao nosso lado. Porque centenas e milhares de cidadãos que hoje não têm condições de pagar um plano de saúde dependem, sim, do Poder Público. E os programas que nós podemos defender e ter na gestão pública são de extrema importância não só para o acolhimento dos idosos, mas também da juventude, para não ser cooptada pelo mundo do tráfico ou da droga.

Então, nós temos que ter a consciência de que a posição, Ver. Prof. Alex Fraga, dos Vereadores tem que olhar a Cidade toda, não só os bairros mais aquinhoados, mas também a periferia da Cidade. É nesse sentido que hoje, além de termos projetos importantes que dialogam com isso, nós temos aqui cidadãos e cidadãs que vieram pleitear uma melhor qualidade de vida. Podem ter a certeza de que o meu voto é pela manutenção da SME.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Este momento da Pauta é um espaço aos novos projetos que começam a tramitar nesta Casa. Quero chamar atenção, pois há dois deles, Ver. Tarciso, que declaram de utilidade pública – e isso se faz muito aqui na Câmara – associação de moradores, no caso aqui é a da Vila Parque Santa Anita. É um reconhecimento da organização das comunidades em associação, em clube de mães, em entidade social, como a entidade social Ação da Fé. E por que esse reconhecimento? Esse reconhecimento, Tarciso, é necessário, porque nós não somos nada sem a comunidade, nenhum governo consegue nada sem a comunidade. Não tem como garantir, por exemplo, que, por mais que coloque dinheiro no recolhimento de lixo – para não falarmos em esporte neste debate –, se a comunidade não cria consciência, não bota o lixo no lugar certo e no dia certo, não divulgam a reciclagem, se não assumem a

sua parte, qualquer política pública é falimentar. E aí, se as associações daqui forem desprezadas, não consideradas, não tem nem como o governo construir políticas públicas e nem saber qual é a prioridade da comunidade. Não vale vir aqui xingar o Simpa, porque essa construção que está aqui é uma construção social, é uma construção comunitária, feita por homens e mulheres que saíram de casa e se encorajaram, porque a Prefeitura colocou lá um pouquinho de investimento, um grupo de professores e um estagiário, e isso dá aquela regularidade, aquela acolhida, aquela possibilidade de coordenação e o resto da comunidade enche de vida, de qualidade de vida, de capacidade de recepção, de oportunidade de abertura, para a sociedade, daqueles espaços físicos.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vereadora, a senhora está tratando da Pauta; por gentileza, mantenha-se do tema. Muito obrigado.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu estou no tema. E o tema, Ver. Carús – e nós contamos com o teu voto para a SME, com o compromisso do PMDB, compromisso assumido com vocês, não comigo, não comigo –, são os títulos de utilidade pública das associações de moradores aqui, Ver. Carús. Eu não vou elogiar aqui uma associação específica, eu vou dizer o seguinte: não é possível que se demore para construir... Uma associação luta, luta, luta. A associação dos amigos da Ararigboia, a associação dos amigos da Praça Darci Azambuja, que luta uma vida inteira e vem um Prefeito que acha que tem uma ideia iluminada, não escuta essa associação de moradores. Não adianta votarmos utilidade pública aqui e depois votar contra o povo e contra as associações. A gente ouviu, na Restinga, na semana passada, e o Secretário de Segurança ouviu, Ver. Carús, que, lá na Restinga, o Cecores é fundamental, para que a juventude ao invés de estar no tráfico, estar na esquina, estar tomando tiro, Ver. Tarciso, possa jogar bola no Cecores. O que aconteceu com a mudança de estrutura? Não tem mais manutenção, não tem limpeza, então o Cecores não pode ser usado pelos times, para os jogos! E esse é um dos motivos por que a Restinga está com tiroteio, está com mais violência, mais mortes neste semestre na Capital dos Gaúchos. É disso que eu quero falar. Por que desmontar? Por que desrespeitar? Por que não ouvir as associações de moradores? Por que, se a secretaria está gastando mais dinheiro hoje, tem três diretores ao invés de ter um secretário. Está mais caro, a secretaria está mais cara, está mais cara, com menos capacidade, desrespeitando a organização comunitária, sim, a luta comunitária, a vontade comunitária.

Então, eu encerro, Presidente – sei que saí um pouquinho do tema –, dizendo que nós votamos aqui utilidade pública – um pouquinho bastante, com a sua tolerância –, e eu sei, Presidente, que sempre respeitou muito a autonomia aqui, a gente teve alguns momentos de ruído, por isso está um pouquinho mais duro, mas hoje é a amostra de que esta Câmara respeita a comunidade, não só vota aqui por títulos falsos, títulos que depois não impliquem compromissos.

Nós queremos mostrar compromisso, e o Ver. Tarciso está mostrando, corajosamente, assinando a emenda que extingue a SME. Parabéns, Tarciso, nós estamos contigo! (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ENGº COMASSETTO: Ver. Cassio Trogildo, meus colegas Vereadores e Vereadoras, prezados trabalhadores públicos municipais, que mantêm esta Cidade no seu funcionamento no dia a dia, vou tratar aqui de dois projetos que estão em Pauta.

O primeiro deles, de autoria da Mesa Diretora, um projeto de resolução que institui a Semana do Meio Ambiente na Câmara Municipal de Porto Alegre. E obviamente não podemos tratar de um projeto de Pauta, desfocado do nosso debate político do dia, que é a reforma e a reestruturação administrativa. Dito isso, Ver. Ferronato, se nós estamos aqui propondo, se a Mesa Diretora, composta pela grande maioria dos partidos desta Casa, está propondo instituir a Semana do Meio Ambiente, não podemos, logo ali, votar a extinção da Secretaria do Meio Ambiente...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ENGº COMASSETTO: Aqui, o Ver. Cassio Trogildo, que assina, é do PTB – lá está o PMDB. E por falar nisso, Ver. Carús, eu quero trazer um abraço ao meu amigo Cláudio Dilda, que foi Secretário do Meio Ambiente e que é do PMDB. Há poucos minutos, lá no restaurante, encontrei e disse ao nosso ex-colega e ex-Prefeito Socias Villela, que foi o fundador da Secretaria do Meio Ambiente, que hoje nós defenderíamos este legado, que é um legado da Cidade. Portanto, eu espero que a bancada do PT não desconstitua um projeto feito pelo ex-Prefeito Villela. Então, este projeto, que está aqui em Pauta, da criação da Secretaria do Meio Ambiente, tem tudo a ver com a política de hoje.

Eu quero falar de outro projeto que está aqui também, da colega Ver.^a Laura Sito, que cria o programa de salas de acolhimento nas escolas públicas da rede municipal. Quero dizer que ela institui, porque essas salas de acolhimento já existem dentro e fora das salas de aula. Quem não conhece aqui o programa feito pela Secretaria Municipal de Esporte Em cada Campo uma Escolinha, ou o programa Esporte Dá Samba, ou o Social Futebol Clube? Quantas crianças foram tiradas da drogadição por essas ações do Poder Público Municipal junto com a Educação através da Secretaria de Esportes? Agora vamos extinguir? Portanto, Ver. Cassio Trogildo, se nós estamos recebendo em Pauta um projeto para criar o Programa Salas de Acolhimento nas escolas públicas, é óbvio que isso tem que ter um braço do gestor público municipal que execute, que trabalhe, que organize e que resgate a juventude, porque nós estamos

perdendo para o tráfico, nós estamos perdendo para a delinquência, e eu dizia aqui: temas como esse são temas universais, não dá para tratar com desleixo e com ódio na política, esse tema tem que ter o compromisso da integralidade das bancadas aqui na defesa e a análise do programa. Não basta colocar no título de uma secretaria: secretaria blá-blá-blá e esporte. Eu pergunto aqui quem sabe o nome completo de D. Pedro I: Pedro de Alcântara blá-blá-blá... O que vale é D. Pedro I, o que vale é ser secretaria de esportes, que tem a sua essência, caso contrário é conversa para boi dormir!

Nós poderíamos falar muito mais desses temas. Agora, uma criança que tem um programa, que é resgatada ou que tem a oportunidade de estar orientada, de estar sendo conduzida na sua essência da formação por um programa educacional, por um programa esportivo que desenvolva o corpo e a mente, fazendo com que se sinta um cidadão, é isso que importa.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer aqui aos meus colegas Vereadores, Vereadoras e aos demais: eu lembro – Santa Maria é a minha cidade natal – a primeira vez que eu vim a Porto Alegre, em 1974, com 14 anos, para participar de JIRGS. Quem é que patrocinou ônibus para nós naquela oportunidade? A Prefeitura Municipal de Santa Maria. Aquelas imagens estão gravadas até hoje na minha memória, foi através do esporte que fiz isso. Aqui, temos a bancada esportiva, Ver. João Bosco, Ver. Cássia, Ver. Tarciso, que apresentou a emenda, com todos os outros que defendem que um dos processos de reintegração na sociedade é através da educação, do esporte e da cultura. Isso não pode morrer! Esse é o compromisso com o futuro. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a Subemenda nº 02, de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 005/17.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde, Vereadores, Vereadoras, público que assiste esta Sessão. Eu, em geral, quando tem esses debates, venho fazer apelos. Eu acho que, no caso da Secretaria de Esportes, que é o tema cujo debate deve centrar aqui a Câmara de Vereadores agora, tem que ser orientado – essa é a nossa opinião – por quem mais conhece do assunto. Quem mais conhece o tema do esporte são os trabalhadores e as comunidades envolvidas com esse tema. As reiteradas mobilizações que a comunidade tem feito ao longo desses seis meses comprova que a proposta do Governo Municipal é equivocada – se ela não fosse equivocada, não haveria essa mobilização. Infelizmente, o Governo, ao invés de fortalecer o trabalho da ponta, ao invés de fazer o fortalecimento dos serviços, obriga a comunidade e os trabalhadores a se deslocarem do seu local de trabalho, do seu local de moradia, das suas atividades cotidianas para terem que se mobilizar pela manutenção básica de um direito que está comprovado que faz bem para os trabalhadores, para a Cidade, para

aqueles que se beneficiam diretamente dos esportes. O Governo, ao invés de organizar, ele desorganiza! Qualquer Vereador da base do Governo sabe que o Prefeito Marchezan conhecia pouco a cidade de Porto Alegre. Isso não é uma condenação do Prefeito, ele foi eleito, mas um Prefeito que conhece pouco a Cidade precisa ter a humildade de saber que é necessário escutar aqueles que a conhecem mais. Eu sei que o Ver. Bosco, por exemplo, conhece o tema do esporte, por isso tem sido um dos que defendem a manutenção da secretaria. Se o Prefeito Marchezan escutasse o Ver. Bosco desde o início, esse tema já estaria resolvido e essas mobilizações não seriam necessárias e as pessoas estariam concentradas nos seus trabalhos.

Às vezes, dizem que o PSOL gosta de mobilização. Não! As mobilizações ocorrem, porque elas são necessárias! Ninguém gosta de se mobilizar, ninguém gosta de ficar assistindo Sessões de Vereadores dando discurso. As pessoas que estão na Secretaria Municipal de Esporte gostam de esporte e essa atividade aqui não é muito esportiva! Então, eu digo que é preciso escutar especialistas. O Ver. Tarciso é especialista no assunto, ele é Vereador por isso, com essa pauta que é a vida dele! Ele diz isso o tempo inteiro! O Tarciso é da base dos independentes, não é da base do Governo. Mas por que não pode ser o Tarciso a orientar a Câmara de Vereadores e nós votarmos pela proposta do Tarciso, se ele é o maior especialista no assunto? Ou então digam que não, que não é ele jogador de futebol desde os anos de 1970 que acompanhou esse assunto o tempo inteiro, usa a palavra para defender a manutenção da secretaria e, infelizmente, na hora em que ele mais precisa dos seus Pares, eles não lhes dão ouvidos! Não pode ser assim! O apelo é para que a proposta do Tarciso seja aprovada. Eu quero deixar claro para vocês, eu vejo muita gente aqui fazendo discurso sobre assuntos que já passaram. Eu vejo gente horrorizada por Senadoras – que não são do meu partido – sentarem na cadeira do Presidente do Senado e não se horrorizam por ele ser um corrupto que deveria estar na cadeia! Horrorizam-se que os servidores públicos se indignam com o aumento do Previmpa e não se horrorizam que temos um Governo Municipal que ataca os servidores dia sim e no outro também.

Acho que o esforço do bom senso é, em primeiro lugar, uma Câmara Municipal e um Governo Municipal escutar os servidores; o esforço do bom senso é entender o básico que esporte é fundamental. A definição de que o esporte é fundamental é o básico. E os especialistas no esporte estão dizendo, estão se mobilizando para que a Secretaria deva ser mantida, e é isto que a Câmara de Vereadores deve fazer: manter a Secretaria. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença do Secretário de Desenvolvimento Econômico, nosso colega Ver. Ricardo Gomes. Seja muito bem-vindo a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h29min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a Emenda nº 17, de autoria da bancada do PT, ao PLCE nº 005/17.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1433/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 005/17, que dispõe sobre a reorganização da administração pública municipal, extingue secretarias municipais, incorpora as competências das secretarias extintas nas secretarias municipais criadas pela Lei Complementar nº 810, de 4 de janeiro de 2017; transfere e vincula a Controladoria-Geral do Município (CGM) à Secretaria Municipal da Transparência e Controladoria (SMTC), transfere as divisões de contabilidade-geral e de informações legais e gerenciais da CGM para a Secretaria Municipal da Fazenda (SMF); cria a Controladoria-Geral do Município; estende à SMTC o exercício e, ou, a lotação dos cargos lotados originariamente em órgãos da SMF, com a respectiva remuneração, gratificações e funções gratificadas nos termos da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, e legislação posterior; extingue o Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) e o Gabinete de Desenvolvimento e Assuntos Especiais (GADES); transforma os Centros Administrativos Regionais (CARs) em Centros de Relações Institucionais Participativos (CRIPs).

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação das Emendas nºs 04, 05, 06 e 08.

Observações:

- com Emendas nºs 04, 05, 06 e 08;
- retiradas as Emendas nºs 01, 02 e 07;
- Emenda nº 03 restou prejudicada por força do art. 56 do Regimento;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 12-07-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLCE nº 005/17. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/17.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós estamos hoje discutindo e votando aquilo que já apreciamos numa Sessão Extraordinária no dia 2 de janeiro deste ano, por solicitação do próprio Poder Executivo. Nada mais é do que a continuidade do que iniciamos, lá no início do ano, sobre a reforma administrativa.

Vou começar falando sobre a Secretaria Municipal de Esportes. Por um dever ético e de consciência, vou abordar esse tema aqui. Até poucos dias, nós tínhamos uma emenda apregoada pelo Ver. João Bosco Vaz no processo. Por iniciativa do próprio Ver. João Bosco Vaz, essa emenda foi retirada justificadamente, porque havia um temor de que essa emenda não teria aprovação no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Haveria isso.

Chegamos hoje, finalmente, com o projeto na Ordem do Dia, e aí surgiu a emenda do Ver. Tarciso, apresentada no plenário. Ver. Robaina, me permita discordar fraternalmente da sua fala, com todo o respeito que nós temos um pelo outro. Mas não se trata de uma emenda contra a emenda do outro. Na verdade, quem for contrário à manutenção das políticas ou da estrutura da SME é contrário à integração social, comunitária, à inclusão. Isso é consenso, e todos pensamos dessa forma; se não todos, a grande maioria desta Casa. O Governo sinalizou, dito pelo Ver. Janta, uma Mensagem Retificativa para inclusão da nomenclatura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte. E nós estamos construindo, ainda, uma emenda conjunta para que todo o orçamento hoje destinado para a SME e as políticas públicas, hoje de competência da SME, sejam, efetivamente, aproveitadas na futura estrutura. Aí eu pergunto: nós não podemos, aqui, como Vereadores, garantir isso? Nós não temos que trabalhar pelo enxugamento da máquina, mas garantir que as políticas aconteçam? Fica a reflexão, porque essa é uma emenda que ainda pode ser construída e acho que se pode dialogar.

O Sr. João Bosco Vaz: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Para esclarecer essa sua fala, a minha emenda, que salvaria a SME, tinha na Comissão de Constituição e Justiça cinco dos sete votos, e tinha aqui no plenário 21 votos, sendo que precisaria apenas de 19. Ela só foi retirada porque os professores pediram para eu retirar. Então, os professores que assumam isso.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Concluindo, falo agora sobre um outro tema relacionado à reforma. Nós apresentamos, eu, o Ver. Cecchim, Líder da nossa bancada do PMDB, a emenda nº 10, que é muito clara: faz com que o Poder Executivo, no exercício subsequente, em 2018, apresente o resultado concreto da economia de recursos públicos com a extinção de Secretarias, até porque nós temos, como Vereadores, e o cidadão tem o direito de saber quantos recursos deixaram de ser investidos com esse enxugamento e as áreas prioritárias mais reclamadas pela população onde será aplicado esse montante. Peço pela emenda nº 10. Tenho certeza que Vereadores, sejam eles independentes, da base de apoio do Governo, e até mesmo da oposição, são absolutamente favoráveis a um instrumento de transparência, previsto

pela lei, que reforma a Administração Municipal. E fica aqui um último recado para aqueles que se mobilizam: ninguém aqui nesta Casa é dono da mobilização social em Porto Alegre! E ninguém vai desmoralizar aqueles Vereadores que têm a sua independência. Se o PT acha que manda na mobilização dos municipais e das comunidades, então que morra abraçado com teses surradas, com teses vencidas e que muitas vezes colocam em cheque a seriedade do trabalho dos demais Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 17 ao PLCE nº 005/17.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que ocupam as galerias desta Casa, público que nos assiste pela TVCâmara, Vereadores e Vereadoras. O projeto que vem a debate na tarde de hoje é o projeto, como mencionado anteriormente pelo Ver. André Carús, de reestruturação administrativa da nossa Cidade. É, sim, prerrogativa do Executivo propor uma nova forma de estrutura e gestão da Cidade, mas cabe a esta Casa Legislativa apontar problemas e tentar sanar as deficiências de uma estreiteza de visão do gestor público. É para isso que estamos aqui, para colaborar com os processos, discutir temas que são relevantes, importantes para a nossa Cidade, usar das nossas atribuições de Vereadores e Vereadoras para consertar possíveis erros ou equívocos cometidos na elaboração desse projeto de reestruturação administrativa. E existem vários problemas.

Eu estava lendo com a maior atenção algumas emendas que foram há pouco protocoladas, chamou-me bastante atenção a Emenda nº 09, proposta pelo Ver. Aírto Ferronato, que tenta manter, no Município de Porto Alegre, o Departamento de Esgotos Pluviais desta Cidade. Diga-se de passagem, a nossa Cidade é uma raridade dentro da política brasileira em termos de preocupação e cuidado com esse assunto, que traz grandes problemas em determinadas épocas do ano, porque apresentamos uma distribuição irregular de chuvas; por conta disso, nós, a população, sofremos por problemas de alagamentos constantes. É claro que existem problemas administrativos que devem ser contornados. O Ver. Roberto Robaina propôs a criação de uma CPI para enfrentar problemas que envolvem desvios de dinheiro, mau uso de recursos, o Ver. Engº Comassetto também teve essa ideia. Nós não tivemos uma leitura favorável por parte de um terço dos Vereadores desta Casa Legislativa até então, mas não podemos deixar que problemas de ordem administrativa coloquem em risco a segurança e a integridade da nossa população. É importante mantermos o DEP na ativa, equipado, com recursos, para que possa prestar um serviço a populações que sazonalmente sofrem com problema de enchente, de inundação, perdendo seus bens e comprometendo as suas famílias e a sua saúde.

Protocolamos uma emenda a esse projeto tentando devolver novamente todo o processo de licenciamento ambiental à pasta que lhe é competente: Secretaria Municipal de Meio Ambiente – existe legislação federal que determina que a pasta de competência, ou seja, essa, é que deve coordenar, controlar e emitir os laudos e licenças ambientais. Pois eis que o Prefeito manda para esta Câmara um projeto que altera as atribuições das Secretarias, colocando, como responsabilidade pela coordenação do licenciamento ambiental, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Isso não é um erro, isso não é um equívoco, isso é má intenção, é colocar dentro de uma pasta que tem como única finalidade o econômico – algo que é tão sensível como a liberação de licenças ambientais a projetos que podem trazer impactos violentos ao nosso ambiente natural. Portanto, vimos novamente encaminhar uma emenda para tentar contornar esse problema, que é um absurdo.

Falamos que um dos maiores e mais graves problemas desta Cidade é a falta de segurança, a violência; precisamos aprofundar as políticas públicas com cultura, educação e lazer, por isso também fica a SME. Um grande abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/17.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, a Secretaria Municipal de Esportes foi criada durante a gestão do então Prefeito Tarso Genro, durante a denominada Administração Popular, capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores – para mim, é um orgulho. Começou como uma secretaria pequena, sempre foi enxuta, muito dinâmica e sempre pautada pelo trabalho dos professores ou numa sala de aula ou numa canja esportiva, mas principalmente nos parques e praças fizeram, fazem e vão continuar fazendo a diferença pela saúde, pelo bem-estar, pela harmonia, pela paz das pessoas, do povo de Porto Alegre. Na Constituição Federal estão os princípios fundamentais: a dignidade da pessoa humana e todos os elementos que vão da educação ao lazer das crianças, das pessoas e dos idosos.

É por isso que nós vamos conseguir convencer colega por colega e conquistarmos os 19 votos necessários pela permanência da Secretaria, com um secretário, poucos cargos de confiança, mas professores necessários, determinados a fazer a diferença com o povo, junto ao povo – nós apoiamos. (Palmas.) Nós sabíamos e sabemos que há ministérios demais, secretarias estaduais demais, e aqui foram recompostos vários órgãos com o apoio da maioria desta Câmara Municipal. Nós também achamos e continuamos achando que havia cargos de confiança demais, não na SME, mas lá no Gabinete do Prefeito e em algumas secretarias que são as poderosas e que, felizmente, por questionamento, por luta, houve uma diminuição. Mas nós temos que cortar mais em carros locados, em aluguéis de locais sem necessidade.

Queremos espaços dignos, queremos reformas. Fala-se tanto, tanto em parcerias público-privadas: quer o Governo mais parceria do que uma comunidade

organizada? (Palmas.) Que limpa o parque, que limpa a instituição, que arruma tinta, que dá cursos gratuitos, que faz a comunidade ter vida – vida! –, que nós precisamos. Mais vida, menos burocracia; menos Facebook e mais rua; menos WhatsApp e mais parque; menos Instagram e mais comunidade!! A vida como ela é: dinâmica, comunitária.

Eu convido os governantes do Paço Municipal, Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, para que circulemos mais na Cidade, para que escutemos mais as comunidades, para que haja mais diálogo e menos disputa, menos picuinha, menos futrica. Vamos acabar com os ódios, com os Gre-Nais político-partidários, que não acrescentam nada. Nós somos pela vida, pelo esporte, pelo lazer, pelo entretenimento, pelas comunidades ocupando praças, ruas, lutando, tendo uma vida digna. Viva Porto Alegre! SME sempre! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/17.

O SR. RODRIGO MARONI: Eu queria voltar à tribuna depois de escutar alguns colegas e dizer da importância de a população observar a discussão e ver a intenção dos Vereadores aqui. Eu fui militante social por muitos anos e muitas vezes fiz julgamento generalista: “Toda Câmara é assim, todos os políticos são assim...”. De fato, esse discurso é o mais fácil. É como apontar uma família; difícil é construir uma família, difícil é dialogar com a esposa, com os filhos, dar uma orientação. Aqui há pessoas diferentes, das mais diversas vertentes. Há pessoas aqui que são evangélicas, que são católicas, que não têm religião, há pessoas que são a favor do Lula, outras são contra o Lula, são a favor do Inter, outras são do Grêmio, do esporte, mas eu duvido que haja discurso mais fácil do que ser contra tudo.

Pessoalmente penso de, talvez, no futuro, fazer uma eleição e migrar para ser militante junto com o Roberto Robaina, porque tenho certeza de que daí eu estou praticamente eleito; eu vou ser contra tudo e não governo nada. É aquele solteiro que fala da família dos outros. O cara nunca casou, nunca namorou, nunca construiu família, mas “a família do outro é isso, a família daquele é isso, aquele ali é um ladrão, o outro é um corrupto, a mulher dele trai, ele se junta com sem-vergonha”... É um discurso fácil, ir para uma eleição assim é a coisa mais fácil que há. Quem sabe que o primeiro prefeito eleito pelo PSOL no Brasil, por exemplo, foi cassado? Eu estava olhando aqui, foi de Itaocara, foi o único, depois não mostra mais. Quem é que sabe? Pessoal, primeiro prefeito eleito pelo PSOL no País é da cidade de Itaocara. Anotem e pesquisem depois. E eu tiro o Ver. Alex desse bolo, porque eu o considero um caro lúcido. O Alex, inclusive, sofre, na minha opinião, consequência de ser de um partido que tem dono. Está aqui, cidade de Itaocara – anota aí Ver. Idenir Cecchim, V. Exa. vai gostar depois de poder falar...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Rodrigo Maroni, lembrando que nós estamos na discussão do PLCE nº 005/17. Por favor, atente-se ao tema, como tenho solicitado a todos os Vereadores. Muito obrigado.

O SR. RODRIGO MARONI: É que a política é dinâmica. Falar que aqui se faz discurso demagógico, porque isso ou aquilo, é colocar de forma generalizada. É fácil fazer discurso contra político hoje. É fácil falar que todo mundo é corrupto e ladrão. Difícil é construir, difícil é participar.

Eu quero dizer o seguinte: é fundamental que melhore o esporte, mas não é fundamental que melhore o esporte só em Porto Alegre, mas em todas as cidades do País, onde tem todos os partidos! E isso é luta! E vai ter que se lutar, continuar! Agora, aqui se faz discurso de quem está inventando a roda sempre, faz trinta anos que se fala em nome do povo! Eu falei para o Robertinho não falar aqui sobre isso. Falar em nome do povo sem ter dois meses de carteira de trabalho assinada é fácil! É isso que eu digo: nós temos que defender o povo, sempre, ouvindo, discutindo e mostrando as alternativas, e não dizendo que o lado de lá está ruim. E eu não estou aqui para defender, porque, apresentei, por exemplo, emenda da Secretaria dos Animais, agora acabei de protocolá-la e será votada. Eu quero melhor, eu quero discutir. Mas não se pode fazer o povo ter ódio dos políticos ou dos colegas, porque ninguém que está aqui eleito quer o mal do povo. Pode haver as maiores dificuldades, as maiores diferenças, mas eu duvido que alguém aqui vá querer ser o “ruinzão” e os outros, “bonzões”. Quem acha que tem super-herói e vilão na política, já começa enganado. É como uma família, tu tens um filho de maneira, um filho de outra, mas é o que podem ser, da maneira que são, e é legítimo pensar.

Por isso que o André Carús, na minha opinião, fez o discurso correto: ninguém é dono do patrimônio do discurso do dolo dos servidores, “somos aqui aqueles que os defendem, o resto não os defende”. É uma mentira, todo mundo aqui faz um esforço para ajudar. E volto a reiterar: qualquer colega aqui recebe servidor, recebe quem defende o esporte e quem recebe o funcionário público. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/17.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que nos acompanham nesta tarde aqui na Câmara, nossos telespectadores, eu tenho duas emendas que apresentei. Vou falar neste momento sobre uma delas, a Emenda nº 09, que trata do DEP, nosso Departamento de Esgotos Pluviais da Cidade. Falo aqui em meu nome, Ver. Ferronato, e em nome do Ver. Paulinho Motorista.

Eu fui Diretor do DEP de 2001 a 2004. Conheço todos os servidores do DEP, conheço o DEP, aprendi muito sobre drenagem urbana. Porto Alegre tem, na sua

história, alguns departamentos e secretarias que são históricos, e o DEP é um. Tem lá décadas de atividade. Conheço o preparo, o conhecimento, sei da capacidade dos nossos servidores, conheço os seus problemas. E sei muito bem que, graças a essa estrutura de drenagem urbana, para todo e qualquer problema de drenagem da Cidade, o DEP tem conhecimento do assunto e – o que é importante – tem projeto sobre o assunto. O DEP precisa de mais dinheiro. Lá em março, nós votamos aqui na Câmara o movimento sobre a reforma administrativa, pelo qual o DEP passou a ser vinculado à Secretaria de Infraestrutura. Agora, pelo projeto atual, em relação a essa instituição de décadas, a ideia é dividir em dois, Ver. Paulinho: o Departamento de Obras do DEP para a Infraestrutura, e o nosso Departamento de Conservação para Serviço.

Tento aqui ajudar o Prefeito Municipal, não compreendo isso como uma melhor proposta. Por quê? Porto Alegre hoje, desculpem-me aqueles que entendem diferente, pede reparo de uma calçada, vai ao DMAE, e dizem que é no DEP; vai ao DEP, e dizem que é no DMAE; o DMAE diz que é a Secretaria de Obras, aí vai lá para a SMAM, e aquilo dura dezenas de dias ou muito mais. Nós precisamos ter sistemas que conversem entre si. No DEP, o Departamento de Conservação conversa permanentemente com o Departamento de Obras. A Conservação faz suas coisas a partir do ouvir o Departamento de Obras. Se nós separamos, vai se tornar mais difícil e problemático.

Portanto a proposta é a seguinte, meus caros Vereadores: se nós alterarmos a alínea C do art. 4º e se excluirmos o art. 14 e o inciso IV e V, de 17, o DEP mantém-se preservado na Secretaria de Infraestrutura. É o caminho que vejo como melhor. E digo mais: como aqui estamos fazendo modificações, podemos, no futuro, estudar essa possibilidade. Agora, eu compreendo que essa minha proposta é a única que preserva esta situação positiva para a cidade de Porto Alegre. Aquele abraço. A Emenda nº 09 vamos votar favorável.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/17.

O SR. MAURO ZACHER: Muito boa tarde a todos os que nos acompanham pelas galerias, servidores do nosso Município, amigos e pessoas que participam dos problemas sociais, em especial da SME, colegas Vereadores e Vereadoras. Em relação a esta reforma administrativa, apresentada pelo Prefeito Marchezan, que iniciou lá em dezembro, vocês recordam, nós tínhamos um entendimento de que aquele que se elege tem a responsabilidade ou a prerrogativa de fazer suas mudanças. “Eu me elegi Prefeito, quero trabalhar com menos secretarias; quero juntar, quero trabalhar serviços numa única Pasta”, enfim, é prerrogativa. Eu me recordo quando o Fogaça se elegeu e fez diversas mudanças, assim como o Fortunati fez as dele; uns extinguiram, outros criaram.

Não foi possível ainda ler todas as emendas, porque, a cada minuto, está chegando uma emenda de um Vereador. Então, ao longo da tarde, iremos debater uma a uma, e, aí sim, poderemos fazer uma análise criteriosa, mas sobre uma delas já tenho a minha convicção, que é sobre a SME, a Emenda nº 01, que foi retirada pelo Ver. João Bosco e, agora, reapresentada pelo Ver. Tarciso com uma Subemenda. Eu tenho convicção, Ver. Tarciso, em votar a favor dela. Eu já tinha este compromisso público, porque, neste organograma novo da Prefeitura, embora haja uma Secretaria específica para o desenvolvimento social e a unificação de várias Secretarias, eu não encontro uma Secretaria que poderá fazer a real função que a Secretaria de Esportes fez na sua história. (Palmas.) Sabem por que, meus amigos? É claro que a área social tem as suas competências e terá, mas a Secretaria de Esportes é uma Secretaria quase sem orçamento, com pouquíssimos recursos, com educadores que fazem a sua missão no dia a dia de alegrar as pessoas, fazem com que os nossos espaços públicos, para os quais faltam recursos, falta dinheiro para manter, quase sempre sejam bem ocupados, pelo esforço dos educadores, pelos programas sociais e por vocês, que fazem com que as pessoas de bem estejam lá nas praças, nos parques.

Eu me recordo de quando nós inauguramos mais de 140 praças, os maiores parques da Cidade – Parcão, Marinha, Redenção, Encol –, nós fomos lá e iluminamos. E qual foi o resultado disso para a comunidade que vive no entorno? “Olha, Secretário, eu não ia ao parque durante o dia porque à noite esse parque mal-iluminado me dava uma sensação de medo; se eu tenho medo de enxergar à noite, eu também tenho medo de ir ao dia.” Eu digo isso porque, se tem algo de importante para uma Cidade, é cuidar dos seus espaços públicos. E mais: essa Secretaria não apenas ocupa os espaços públicos; ela garante aquilo que é melhor para a saúde pública do Município, que é a prevenção.

É diante desses argumentos que eu coloco aqui para vocês que eu irei acompanhar o Ver. Tarciso Flecha Negra. Eu desconheço a articulação que foi feita, Ver. João Bosco Vaz, com o Governo, não participei, e eu sei o que eu quero: que a Secretaria de Esportes permaneça viva, forte e trabalhando pelo nosso povo!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a Emenda nº 18, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, ao PLCE nº 005/17.

Apregoo a Emenda nº 19, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni e outros Vereadores, ao PLCE nº 005/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 18 ao PLCE nº 005/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Rodrigo Maroni solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 19 ao PLCE nº 005/17.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/17.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão nas galerias, nós estamos aqui, hoje, discutindo uma série de mudanças administrativas, a SME é uma delas, mas há muitas. Eu escutei, agora mesmo, o Ver. Aírto Ferronato, que foi Diretor do DEP, querendo preservar o DEP. Nesse caso particular, eu acho que o DEP deveria ser simplesmente incorporado ao DMAE, incorporado inteiro ao DMAE, para que se tire esta dúvida, Ver. Ferronato, de se o buraco é de um ou de outro. Acho que tem que simplificar, porque, senão, acaba-se perguntando novamente: é do Serviço ou da Infraestrutura? Não podemos ficar com essas dúvidas, acho que temos que ser mais claros. Espero que o Prefeito, na hora da regulamentação, deixe bem claro isso, até para a população saber para onde ligar.

Só a Secretaria de Esportes tinha 17 ou 19 cargos de confiança; a Secretaria da Juventude, mais 19 ou 22, e assim vai. Se somarmos os 17 com mais 22, vamos ter 39 cargos, que podem ser para contratar professores. Por que não? Contratar professores competentes. E esses contratados teriam uma fiscalização muito mais eficiente do que nós mesmos, Vereadores, seríamos fiscalizados por quem faz uso dos espaços públicos onde os professores trabalham. E isso dá uma grande vantagem ao diminuir o número de Secretários, não é só secretarias, mas Secretários, que vão ter automóveis, a secretária do secretário, o chefe de gabinete do secretário, o quilômetro rodado e sei lá quantas coisas. Tem que economizar nestas coisas que não são da atividade-fim. Nós temos que botar o dinheiro onde rende: é muito melhor ter vinte professores nos locais públicos para ajudar quem frequenta esses locais do que ter dois secretários a mais...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Eu não voltei atrás no que eu disse, que a Secretaria de Esportes precisava ser mantida, e fizemos uma emenda dizendo, Ver. André Carús, que as políticas, inclusive o orçamento da Secretaria de Esportes, obrigatoriamente deverão ser mantidas, e vão ser mantidas. Agora, não estava em nenhum lugar a palavra esporte, era só desenvolvimento social. E nós pedimos.

O Sr. Mendes Ribeiro: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cecchim, parabeno-o pelo pronunciamento. Eu só queria esclarecer. Como tu falaste que nós estamos apresentando uma emenda, vou ler como vai ficar: (Lê.) “Serão mantidas todas as políticas públicas relacionadas ao esporte sem diminuição orçamentária nos programas existentes, que serão priorizados em sua execução, as de mobilização social e comunitária.” Então, essa é a emenda que nós vamos apresentar para que a gente possa ter políticas públicas sobre o esporte.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito às galerias que tenham compreensão, que nos auxilie na condução dos trabalhos. Temos um Vereador na tribuna. Após a finalização do pronunciamento, os senhores e as senhoras podem se manifestar.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Sr. Presidente, nós estamos fazendo o que tem que ser feito, sem olhar para ideologia, sem olhar quem é o Vereador que a plateia apoia. Eu não estou olhando para isso, não estou...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, eu nunca fui lá na praça pedir voto, eu não tenho... E não vou pedir também...

(Manifestação das galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Eu não tenho nem impulso demagógico aqui para fazer gritaria a favor, nem contra. Eu estou fazendo aqui aquilo que é sério de fazer – a emenda. O Finatto, que joga bocha comigo, não vai deixar...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Calma, calma, minha senhora! Calma, não é assim, vai continuar tendo a cancha de bocha, vai continuar tendo tudo, o orçamento será o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Cecchim, o seu tempo terminou.

O SR. IDENIR CECCHIM: Vou cumprir o tempo. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/17.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, o público que está aqui lutando e resistindo pela defesa da SME, cidadãos e cidadãs que acompanham conosco a Sessão de hoje pela TVCâmara. Eu creio que o dia de hoje é um dia que ficará na história da nossa Cidade. Eu diria até que pelo bem ou pelo mal. Pelo bem, pelo reconhecimento por mais de 20 da existência da Secretaria Municipal dos Esportes – 23 anos. Poderíamos estar comemorando aqui as

inúmeras e inúmeras vidas salvas pela qualidade e a assistência da educação, do trabalho feito por profissionais nessa Secretaria. Não é por acaso que os governos se diferenciam muito, mas muito mesmo. Há aqueles que nos criticam, não olham o que nós, da esquerda, olhamos, quando, na área social, dialogamos com as famílias menos aquinhoadas que não têm a possibilidade de comprar um serviço, mas que precisam da mão do Poder Público para manter esta luta e este espaço para a dignidade das pessoas.

Hoje é um dia em que as bancadas ou os partidos têm que ser muito sinalizados neste painel, porque aqueles que querem extinguir ou aqueles que passaram para o Governo agora, recentemente, votariam contra como, por exemplo, a bancada do PMDB. Nós temos que fazer um apelo aos nossos colegas. Não se trata aqui de disputa ideológica para manter uma Secretaria de tamanha utilidade. Ver. Cecchim, se nós olharmos aqui o Ararigboia, por exemplo, são mais de 1.600 pessoas, Ver. João Bosco Vaz, sendo atendidas. Eu tive a felicidade de ir à festa junina, há pouco tempo, e é emocionante o trabalho que eles desenvolvem ali, Ver. Zacher. Mas tem gente que acha que tem que votar com o Governo, embora seja independente aqui no plenário. Será que os Vereadores estão sendo cooptados como está sendo no Congresso Nacional? Isso é triste, uma baixaria na política, porque jamais se admitiria que alguém que se diz independente aqui no plenário pudesse dizer que uma secretaria de esportes não é importante para um governo. Eu tenho comigo uma enorme sensibilidade para com os cidadãos que promovem a justiça social a partir da sua boa vontade, porque muitos são os voluntários que vão ali para poder manter esses espaços. O Ver. João Bosco foi secretário, sabe muito bem da importância de manter a Secretaria e os programas que ela vem desenvolvendo.

O Sr. André Carús: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Oliboni, com todo o respeito por V. Exa., por muitas ações conjuntas que desenvolvemos aqui nesta Casa, nós não podemos fazer ilações de cooptação uma vez que se vota, no exercício da independência, com as suas convicções – aliás, de cooptação o PT entende bem, desde a época do mensalão. Quero aqui dizer também que a emenda do Ver. Mendes Ribeiro é uma alternativa para que nós todos possamos manter o orçamento e os programas de mobilização social e comunitária, e isso não é atrelamento ao Governo, é a manutenção das políticas públicas.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Obrigado, Ver. Carús. A gente tem que saber respeitar os dois lados: a iniciativa e o direito dos Vereadores apresentarem uma emenda; e o direito dos outros Vereadores não concordarem com a emenda. Eu acho que é justo nos empenharmos na emenda do Ver. Tarciso, por exemplo! Nós temos que ter coerência, porque ali atrás alguém foi pedir voto nesses lugares, ou irá, no futuro. O mais importante é que o Governo Marchezan perceba a importância da SME, Ver. Janta. Eu mesmo visitei determinados lugares. Em defesa da SME; sim para a SME!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esta Mensagem Retificativa que o Governo aqui manda criando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte, primeiro, mantém a nomenclatura do esporte. Aqui, foi dito por um Vereador da área do esporte que é importantíssima a inclusão social do esporte. Essa Mensagem Retificativa foi construída por vários Pares desta Casa, por várias pessoas envolvidas com esporte, não pessoas que descobriram o esporte agora, pessoas que, no máximo, tinham ido jogar uma bochinha na Praça Darcy Azambuja ou, quando estavam dando aula, fizeram um polichinelo. São pessoas que desenvolvem esporte há muito tempo: o Ver. José Freitas – na sua congregação, milhares de jovens desenvolvem o esporte; o Ver. Paulinho Motorista, que, na região sul, atua na várzea de Porto Alegre; o Ver. Mauro Pinheiro, que, assim como eu, atua no campeonato municipal de várzea em Porto Alegre; o Ver. Matheus Ayres; o Ver. Moisés; o Ver. Pablo; o Ver. Carús; o Ver. Cecchim; o Ver. João Bosco Vaz, que foi Secretário Municipal de Esportes e Secretário da Copa; o Ver. Cássia Carpes, que foi treinador, jogador, que atuou na Fundergs; o Ver. Paulo Brum; o Ver. Luciano Marcantônio; o Ver. Maroni, que fazia artes marciais; demais Vereadores desta Casa. Vários Vereadores participaram da construção para convencer o Prefeito a incluir a Mensagem Retificativa com a importância que tem o esporte na inclusão social. O Ver. Tarciso participou ativamente disso e nos convenceu. Não foi nem uma, nem duas, nem três reuniões que nós fizemos com o Governo para incluir essa nomenclatura na Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes. Agora, mais ainda, avançamos e incluímos uma emenda construída por todas as bancadas: DEM, PRB, PR, PMDB, PTB, PT, todas as bancadas que estão preocupadas em resolver a questão do esporte...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Isso é *bullying*. Educação é bom, respeito é bom! Principalmente não fazer *bullying* com as pessoas, sejam elas de idade, obesa ou portadora de deficiência. Se são professores que aqui estão, deveriam levar a educação também para o esporte.

A nossa emenda construída por vários Pares desta Casa, que não estão ideologizando a questão do esporte, porque pediram para o Bosco tirar a emenda dele, e a emenda dele tira todos os apoios que aqui estão – pediram para tirar a emenda dele! Ele tirou! Nós o convencemos a construir novamente tudo que foi construído aqui, e ele garante a política do esporte, garante na base, nas comunidades e a sua receita.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Cláudio Janta prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em discussão do PLCE nº 005/17, por cedência de tempo do Ver. Luciano Marcantônio.

O SR. CLÁUDIO JANTA: E ela garante a política do esporte e os recursos públicos, garante a aula que o Ver. João Bosco nos deu sobre como conseguir pegar três mil jogos da periferia, dando tênis e dignidade para essas crianças, fazendo com que essas crianças tenham uniforme e gosto pelo esporte. Como o Bosco, o Tarciso e o Cassiá nos ensinaram: dar todo esse suporte para esses jovens da periferia e, hoje, eles podem ter uma profissão, não só no futebol, mas profissão atlética, profissão que se desenvolve através de parcerias que foram desenvolvidas com empresas, com clubes, com entidades. Isso convenceu o Governo da importância da nomenclatura, de juntar, com o desenvolvimento social, o esporte. Nós, principalmente com esses membros da Câmara de Vereadores – pessoas que vivem, respiram, praticam e transformaram a sua vida através do esporte –, conseguimos trazer para a Casa esse projeto reformulado, juntando a inclusão social e o esporte ao desenvolvimento social, e também com mais essa emenda construída por mais de duas dezenas de Vereadores desta Casa. Vamos manter toda a estrutura do esporte, toda a estrutura voltada para o social, toda a estrutura voltada para as comunidades e, principalmente, todo o orçamento, todo o recurso destinado ao esporte. Não estamos aqui para fazer demagogia, não estamos aqui para usar ninguém como massa de manobra, não estamos aqui para enganar ninguém. Nós estamos aqui para resolver o problema das populações carentes de Porto Alegre, das pessoas que precisam praticar esporte, seja ele futebol, voleibol, ginástica, ou a própria bocha que ajuda a terceira idade com políticas públicas do Governo, e o Governo vai fazer essas políticas públicas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/17, por cedência de tempo do Ver. Matheus Ayres.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde. Pessoal, antes de mais nada, eu acho importante as pessoas terem consciência, fazerem uma breve reflexão comigo. Eu quero convidar as professoras, quero firmar aqui um compromisso, meu avô estava aqui, quero firmar um compromisso com o meu avô e com as professoras. A SME vai ficar! Vocês têm muito mais tempo de experiência na política, a grande maioria que eu vejo faz esporte, e podem cobrar. Quem tem dúvida de que, quando um projeto é do PT, a oposição vai votar contra; quando um projeto é do PSDB, o PT vai votar contra. Antes de qualquer coisa, o que é lamentável na política, essa é a lógica, independente do partido – PT, PMDB, PDT –, porque, no ano passado, as galerias aqui estavam lotadas, e era o Fortunati que era Prefeito. As pessoas têm as suas agremiações e fazem disso política de terrorismo, como se aquilo lá é ruim. Alguém tem dúvidas de que as pessoas filiadas ao Sindicato dos Municípios são todas, ou a maior parte, vinculadas ao Partido dos Trabalhadores, ao PCdoB? Alguma política do Marchezan eles vão defender, ou do Fortunati, ou do Melo? Ou, se fosse o sindicato do PMDB, estaria aqui dizendo que a política do Raul Pont é boa? Ou da Luciana Genro? Gente, eu estou

explicando isso para acabar com a dicotomia da política “do que é do PT é ruim, do que é...” O que importa, o que tem que ser fundamental é que, no ano que vem, a cancha quebrada em que meu avô joga e que foi governada pelo PT, que foi governada pelo PT...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. RODRIGO MARONI: O PT esteve 16 anos aqui, moça! Dezesseis anos! Se foi governada pelo PT, se foi governada pelo Fortunati, se foi governada pelo PMDB, ela vai ser melhor, ou ela vai ser pior! O tráfico não existia na década de 1990, quando o Raul Pont era Prefeito aqui? O tráfico foi inventado depois de 2004, quando o Fogaça ganhou, aí passou a ter tráfico em Porto Alegre. Não tinha tráfico antes.

Eu quero fazer uma reflexão, para vocês terem ideia: a presidente do CPERS-Sindicato que, como em todos os sindicatos, é vinculada ao PT, ao PCdoB, ela é do grupo da Sofia. E ela foi expulsa do CPERS-Sindicato, porque ela fez greve contra o Tarso! Ou seja,...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O tempo de V. Exa. está assegurado e solicito que se atenha ao tema da discussão.

O SR. RODRIGO MARONI: E quero, e falo fraternalmente, é que vocês não sejam enganados pelo conto de fadas, de lá e aqui tem lobo mau, seja o Raul Pont, o Marchezan ou a Luciana Genro o Prefeito. Só quero dizer para vocês que o fundamental é se terá orçamento para melhorar o esporte? Porque é engraçado, gente... Vocês têm que me escutar...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. RODRIGO MARONI: Entendo que quem visita muito a capela de um partido acaba saindo com aquela verdade. O que estou dizendo aqui e estou me colocando à disposição para lutar por aquela quadra, por aquela gurizada que já foi governada pelo PT, pelo PMDB, pelo PSDB, e pode ser a Luciana Genro no ano que vem, daqui quatro anos, mas que melhore a qualidade do serviço. Porque aqui todo mundo é contra a um monte de políticos e CCs. Eu já trabalhei na Secretaria de Turismo do Estado, fui Chefe de Gabinete; os funcionários odiavam os políticos, fossem eles do PT, do PCdoB, do PMDB ou do PSDB – odiavam, a relação era péssima, e era no governo do Tarso!

Eu sentei para ouvir servidores, porque, na minha opinião, o meu avô tem que ser como vocês, tem que ter servidores de qualidade para vocês, ter serviço público de qualidade, e isso não é CC. Não é que eu seja contra CC, eu sou, inclusive,

favorável; mas eu sou contra a quem faz de CC uma plataforma política para se manter simplesmente no troninho, o que muitas Secretarias, às vezes, são. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu gostaria de, nestes cinco minutos, abordar várias contradições da reforma administrativa, que é um conjunto de uma lógica de ataque ao serviço público, de um discurso demagógico de corte de gastos, quando, na verdade, mantém os CCs e FGs independente da estrutura – está escrito nominalmente no texto – e ainda dá um cheque em branco para o Marchezan, quando diz que ele pode alterar o orçamento por decreto. Mas depois de tantas – não sei nem definir – coisas que nós ouvimos na tarde de hoje, eu fico muito espantada com a qualidade ou ausência de qualidade do debate travado nesta Câmara de Vereadores, para desmerecer a Emenda do meu amigo, Ver. Tarciso, que tem o apoio da bancada de oposição e que, sobretudo, foi organizada por vocês nesse processo de luta que unificou quatro ex-secretários. Então não me digam que é ideológico. Está aqui o ex-Secretário Edgar, ex-Secretário João Bosco Vaz, e vieram, na frente do esporte, quatro ex-secretários para pedir a manutenção da Secretaria.

Em primeiro lugar, essa tentativa de desqualificar pessoas que têm uma trajetória de vida longa ou curta, na educação, nos bairros, como massa de manobra é uma tentativa infantil, eu diria, de não argumentar com argumentos na contrariedade com os que estão nos acompanhando na plateia e que acompanham pela TVCâmara. Acho que é um desrespeito com as pessoas, e acho que as pessoas têm que ter honestidade intelectual para defender as suas posições ideológicas, políticas, sociais sobre o esporte sem atacar aqueles que lutam pelos seus direitos. Aliás, parece que eles têm muito medo de quem luta por direitos, porque é de fato inaceitável que tenha Vereador que fale do Bispo, do Papa, do ex-governo, dos futuros governos, mas não tenha a capacidade de falar que Porto Alegre é governada pelo Marchezan, não pela Luciana Genro! Nós queríamos que fosse pela Lucina Genro! É governada pelo Marchezan, que está acabando com a Secretaria de Esportes.

E quem está fazendo terrorismo aqui, neste momento, é o Governo, que faz terrorismo dia sim, dia também, com o salário dos municipais, com investimento no serviço público, com assistência social, com as secretarias... Estão extinguindo o DEP, gente, o DEP! Que tem que funcionar, obviamente, para resolver o problema da Cidade, garantir a limpeza dos bueiros, etc. Tem que ter investimento! Nós vimos, nas enchentes, a falta que faz ter mais investimento no DEP, e não para as quadrilhas, como na verdade funcionam. Mas por que não assinam então a CPI do Roberto Robaina? Expliquem! Por que não assinam? Se o problema do DEP é que não funciona, que tem que estar junto com o DMAE, nós queremos a assinatura de vocês, como nós queremos

da FASC, que estou propondo aqui, que também está vivendo um verdadeiro colapso. Então é preciso acabar com esse papo furado!

Em segundo lugar, eu quero também fazer uma consideração. A proposta enviada que vocês apresentam como alternativa, coloca a Secretaria de Desenvolvimento Social junto com os esportes, sendo que ela é responsável pelo DEMHAB, pela FASC, pelos direitos humanos, direitos das mulheres, direitos dos LGBTs, direitos dos negros e negras, direitos dos indígenas, direitos da população em situação de rua – já é uma Secretaria que tem coisas demais. Aliás, nós queremos manter a Secretaria de Direitos Humanos, então não me digam que é um problema de nome, é um problema de estrutura, é um problema de política pública, é um problema de orçamento.

Muitas pessoas entendem de esportes. Então é preciso ter cuidado ao tentar fazer um discursinho para tentar agradar os Vereadores independentes, enfim, tentando ganhar votos para essa Mensagem Retificativa, mas tem que ouvir quem entende de esportes. Na verdade, temos Vereadores que entendem de esportes, que têm uma trajetória no esporte, e outros que fazem esporte como eu, mas quem entende também está sentado ali, veio aqui pedir o voto dos Vereadores para um projeto, uma emenda que foi construída.

Por fim, queria responder ao Ver. Maroni, embora eu ache que ele não mereça muitas respostas, que ele se informe antes de vir à tribuna, porque o único Prefeito do PSOL, é verdade, que foi cassado, em Itaocara, foi cassado porque não quis ceder à máfia do lixo. E aí, os Vereadores que apoiavam a máfia do lixo tentaram cassar o Prefeito de Itaocara, e o mandato foi devolvido pela Justiça. Nós temos muito orgulho daqueles que enfrentam a corrupção, independente de onde esteja, e o Gelsimar é um deles. Então, lave a boca antes de falar do PSOL.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando retirada de tramitação da Emenda nº 18 ao PLCE nº 005/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando que seja votada em destaque a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 005/17.

Apregoo a Emenda nº 20, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol e outros Vereadores, ao PLCE nº 005/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 20 ao PLCE nº 005/17.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/17.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, todos que nos assistem, eu não viria aqui na tribuna, mas

vim para defender a minha emenda e subemenda. O que eu falo aqui, falo em qualquer lugar, não somente aqui. Eu quero dizer que democracia é quando eu respeito o meu colega, aquela pessoa que está ao meu lado – isso se chama democracia. E eu aprendi essa democracia, Fernanda, aconteça o que tiver para acontecer, a levarei para minha vida. Vocês podem escrever ou gravar tudo o que eu falar, pois irei cumprir, porque assim é a minha vida. Se buscarem pelo meu passado, verão que, com 21 anos, já tinha carteira profissional, não tendo nenhum inimigo treinador e nem jogador, sempre fui muito honesto dentro da minha profissão, com os meus colegas e com os meus amigos. O Ver. Janta disse que estive nessa emenda que fizeram. Eu não estive nessa emenda que fizeram! Eu estive, junto com os oito Vereadores da base, com o Marchezan, para o qual falei que o esporte e a raça são as minhas bandeiras, eu não tenho como votar contra! Também falei ao Vice-Prefeito, Gustavo Paim, no gabinete do Ver. Pujol, que, se fizessem uma emenda que completasse a todos, eu votaria “sim”. Então, essa foi a minha fala. Eu tenho mais de 60 anos e não tenho o porquê mentir. (Palmas.) Para quem achar que o caminho da educação e do esporte são os caminhos para construirmos um Brasil dos sonhos de todos nós, dos nossos netos e dos nossos filhos, que votem favoráveis a essa emenda e subemenda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/17, por cedência de tempo do Ver. Paulinho Motorista.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; quero cumprimentar o Ver. Tarciso pela bela posição expressada, que defende sua emenda, e estamos juntos.

Vou conversar agora sobre a Emenda nº 12, que é outra emenda de minha autoria. A Emenda nº 12 trata da nossa Controladoria-Geral do Município, que eu também, com muito orgulho, trabalhei na Controladoria-Geral da União e do Estado, que trabalha com o controle interno. E nesses tempos tumultuados o controle interno é, como sempre foi, de extraordinária relevância – combate a corrupção, amplia transparência, fortalece o controle social, gerando serviços públicos de qualidade. Porto Alegre hoje, até o ano passado, foi distinguida como a capital mais transparente do Brasil. E agora o Prefeito encaminha um projeto galgando a Controladoria para o *status* de secretaria, e merece meu aplauso. Agora, tem um detalhe: a proposta pega os servidores da atual Secretaria, que unificamos em 2012 – e repito: Porto Alegre é a capital mais transparente do Brasil e tem muito a ver com a nossa Controladoria unificada –, e a proposta agora é dividi-la mais uma vez. Uma parte dos servidores da Controladoria passaria para a nova Secretaria, e a outra parte dos servidores permaneceria na Secretaria da Fazenda. Qual é a nossa proposta? É manter a Controladoria unificada com todos os seus servidores, passando a estar na Controladoria-Geral e na transparência, e aqueles funcionários que precisam ir para a

Secretaria da Fazenda iriam para lá por transferência ou por cedência. Nós compreendemos a importância da Secretaria, aquilo que a nossa Controladoria-Geral presta a sociedade porto-alegrense gaúcha, nós compreendemos que é um equívoco pegar a nossa Controladoria-Geral que, repito, foi unificada há aproximadamente três anos e deu um belíssimo resultado para, agora, a dividirmos mais uma vez. Portanto, vamos votar a nossa pedida favorável à nossa Emenda nº 12, e falo em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista, nós, do PSB. Aquele abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/17.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quando estamos em algum local há alguns anos, além dos cabelos brancos que adquirimos, além do tempo de convivência, vamos observando, e tendo uma boa memória, a incoerência de alguns posicionamentos. Hoje à tarde vi, nesta tribuna, bancadas e pessoas defendendo a permanência da SME e que votaram contra a formação da Secretaria de Direitos Humanos, da Secretaria de Acessibilidade, da Secretaria do Trabalho. Naquela oportunidade, eu também votei contra a criação dessas secretarias e hoje, coerentemente, voto novamente pela extinção delas.

Mas quero dizer também, Ver. João Bosco Vaz, que eu lhe pedi que não tirasse a sua emenda, na Comissão de Constituição e Justiça. V. Exa. é o grande estimulador, assim como Ver. Tarciso, do esporte, como fator inclusor do jovem. V. Exa. tem um trabalho de anos à frente da Secretaria do Esporte. E V. Exa. tinha os votos para fazer com que essa emenda fosse aprovada na CCJ e viesse ao plenário. V. Exa. tinha os votos, eu havia lhe garantido os votos. Mas, infelizmente, por entendimento errado de outros Vereadores, que acabaram fazendo com que isso não ocorresse, acabaram estimulando a retirar a emenda que também é sua.

Quando observo o Ver. Tarciso falando, lembro-me muito do meu pai. O meu pai, que na fase lá quando os jovens estavam já no delito, conseguiu, através do esporte, através de um jogo de jogadores e ex-jogadores, em que estava o Ver. Tarciso, em determinado tempo esteve o Ver. Cassiá, fazer um trabalho de inclusão social a partir do esporte. O Ver. João Bosco Vaz, depois, aperfeiçoou esse trabalho na Secretaria que ele tão brilhantemente comandou por muito tempo. E eu quero dizer que não sou, Ver. Tarciso, governo e não sou oposição. E vou continuar dizendo isso até o final da Legislatura. Eu não fui eleito nem para ser governo, nem para ser oposição, eu sou independente. Os votos que, eventualmente, proferimos aqui não são contra o governo, não são contra a oposição, não são contra o Prefeito, são a favor da Cidade. E, por isso, coerentemente, até agora, não encontrei uma justificativa plausível para se manter um orçamento, se manter as atividades e não se manter a Secretaria. Por isso, Ver. Tarciso, voto com V. Exa., voto com a minha consciência.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 10 ao PLCE nº 005/17.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereadores, Vereadoras, queridos e queridas usuários dos parques e praças; primeiro, quero dizer que vocês não são partidários, não merecem as falas aqui que fizeram de pura disputa político-partidária. Não merecem, e eu não vou entrar nesse debate, porque vocês não merecem. Vocês não merecem!

Segunda questão, a Secretaria Municipal de Esportes nasceu a partir de uma conferência com a participação da sociedade no Governo que era da Administração Popular, porém ela seguiu nos Governos do PMDB, com o Fogaça, seguiu com o Fortunati, com o Melo, foi uma Secretaria fundamental, e teve inovação, teve crescimento, teve problemas novos. Os Vereadores que foram secretários já vieram aqui e já lembraram, cada um deu a sua marca, Ver. Tarciso. É importante dizer que a Secretaria de Esportes não é de um ou de outro, ninguém reivindica aqui. Muito menos as pessoas estão aqui a serviço de um partido ou de outro; ao contrário, elegeram muitos dos Vereadores! Elegeram muitos Vereadores que não são do PT. Vamos combinar que essa história não tem dono. O apelo que aqui se faz é que vocês honrem essa história, fortaleçam essa história.

O Ver. Dr. Thiago fez uma fala muito sábia, tinha feito no seminário aqui da Secretaria de Esportes. Muito sábia. Se vai manter o orçamento, não há o que justifique diminuir ou encerrar a Secretaria. Quero lembrar que votamos contra muitas secretarias, secretaria meio nós achamos que não tem que existir, secretarias que foram criadas e que acabaram gastando recursos que não precisava. Concordamos com a redução do Prefeito Marchezan. Concordamos. Só entendemos que uma Secretaria com a responsabilidade da SME não tem o que justifique extinguir, Ver. Janta. Ela hoje perdeu a sua dinamicidade, ela perdeu a sua capacidade de resposta, autonomia para fazer convênio; ela perdeu servidores, ela não pode abrir de noite vários ginásios porque não tem os servidores da Cootravipa terceirizados, diminuiu o trabalho. A Secretaria, em seis meses, já teve que cancelar um monte de eventos, porque não está funcionando. A Secretária Paludo não conseguiu se apresentar no grupo de professores, não conseguiu. E não é porque ela não queira, é porque ela tem sete Pastas para cuidar. Por quê? Por quê? Por quê? Porque o Prefeito não abre mão? Mas, de 37 para 15, mandar para esta Câmara, com a sua autonomia, com a sensibilidade que a população tem, mexer numa Secretaria? Eu acho que dá, eu acho que dá. Porque nós temos a consciência da importância que essa Secretaria tem com a sua agilidade, a sua autonomia. Ela trabalha em sábado, ela trabalha em domingo, ela trabalha em feriado, trabalha em janeiro, trabalha em fevereiro, trabalha com sol, com chuva! Precisa de uma coordenação. Foi uma luta para construir, foram anos para construir, e, agora, seis meses para destruir? Não, gente. Não, gente. E eu quero falar de uma outra dimensão que ainda não falamos, não são só associações, usuários e usuárias... Essa Secretaria é um celeiro para o estudo, para a produção de conhecimento, para a formação de professores e professoras, para a

formação de técnico em recreação. Porque a recreação e o lazer são tarefas dessa Secretaria, não é só o esporte. E a recreação e o lazer são qualidade de vida para a nossa Cidade. Então a minha homenagem à UFRGS, à Unisinos, à Ulbra, ao IPA, à Sogipa, à Feevale, à PUC, ao Instituto Federal Restinga, porque eles estudam, eles pesquisam, eles fazem e produzem conhecimento a partir do trabalho e da parceria que os professores têm com vocês que fazem as atividades da SME. Então é um campo de estágio, é um campo de conhecimento, é um campo fundamental para a produção do conhecimento. Fica, SME! Fica, SME! Fica, SME!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/17.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadores e colegas Vereadoras, eu vou iniciar esta fala aqui junto com os colegas que ali estão, engenheiros e engenheiras do Departamento Pluvial da cidade de Porto Alegre. E quero também cumprimentar aqui o Vereador, também engenheiro, João Antonio Dib, que foi um dos criadores do Departamento de Esgotos Pluviais. Por ironia do destino, hoje, colega Ver. Reginaldo Pujol, se aponta extinguir a SME, criada pelo Villela e se aponta extinguir o DEP, criado pelo Dib. Espero que a bancada do PP, no mínimo, mantenha estas duas estruturas, junto com os demais colegas.

Quanto ao DEP, há muito tempo vem sendo puxada uma tentativa de um lado para o outro: integra ao DMAE, tira do DMAE, manda para a SMOV, tira da SMOV, essa discussão não é de hoje, é de décadas.

Eu quero fazer um outro registro, Ver. Cláudio Janta: a cidade de Porto Alegre é a primeira cidade do Rio Grande do Sul a ter um Plano Diretor Pluvial. Hoje, nós temos em toda a cidade todas as cotas de cheias que podem ser previamente vistas e trabalhadas para não deixar que sejam ocupados os lugares que podem ser alagados na Cidade – trabalho da equipe de engenharia do DEP, que aqui está.

Eu faço um parêntese aos colegas do PT que aqui estão também, que não têm nada a ver com as denúncias que recentemente foram feitas envolvendo o DEP, que certamente, Camozzato, o Prefeito Marchezan vai investigar. Fecho o parêntese.

Nós temos que salvar a essência. E, neste caso, aceitam que ela fique integral na Secretaria de Obras, mas não pode dividir. E já que estamos falando em divisão, no Governo Fogaça, foi mandado para cá um projeto de lei que nós discutimos e votamos, em 2009, que criou a Controladoria do Município. Depois, em 2012, veio outro projeto de lei, que readequou a Controladoria, Ver. João Bosco, e nós votamos e aprovamos. Agora, o Prefeito quer dividir a Controladoria, botar uma parte de um lado e uma parte no outro. Mas vai controlar o quê?

Nós concordamos em tornar eficiente a estrutura pública, mas o DEP é uma das menores estruturas existentes no Município de Porto Alegre, que trabalha na ponta e faz um trabalho fundamental. A Controladoria junto com a Transparência? Bom,

encaminhem a Controladoria toda ela junto da Transparência; não é ela que quer fazer o controle? Aí, como diz o ditado popular, vem a pulga atrás da orelha. Bom, divide a Controladoria para não controlar? Não, nós queremos que ela controle.

E, por último, não preciso dizer da importância da questão do esporte, que também tem uma secretaria de ponta nas questões sociais. Então, quero dizer que mantendo essas secretarias não tem um “pila” de gasto a mais no Município, mas mantém uma inteligência criada ao longo de décadas e uma interface que já existe na sociedade. Desconstituí-la significa desconstituir uma relação no seu tecido social. E neste momento de crise é o momento em que esse trabalho mais se faz necessária. E aí eu faço um apelo aos colegas Vereadores, a todos eles, principalmente ao Ver. Cláudio Janta, Líder do Governo: não dá para ficar aqui brigando por beleza de quem é o autor, porque um ou outro roubou a ideia. Não! Se todos concordam em manter, os 36 Vereadores assinam a emenda e todos serão autores do projeto! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão suspensos os trabalhos para a distribuição da orientação de votação aos Srs. Vereadores por parte da Diretoria Legislativa.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h01min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 17h04min): Estão reabertos os trabalhos. Apregoo o PR nº 039/17, de autoria da Mesa Diretora.

Em votação a Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 005/17, como autor.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, agora nossa saudação especial aos nossos servidores do DEP, que estão conosco nesta tarde. Já conversei sobre as atribuições, a importância, com o Ver. Comassetto, do que o DEP faz. O problema da drenagem nas grandes cidades. Há necessidade de termos servidores pensando cotidianamente na drenagem urbana. E o DEP tem essa atribuição. E lá em março, nós votamos um projeto aqui na Câmara que determinou que o nosso Departamento de Esgotos Fluviais passasse para a Secretaria Municipal de Infraestrutura, entre aspas, encarregada pelas obras da Cidade. E assim está hoje o DEP, vinculado à Secretaria de Infraestrutura, de investimento. A proposta que vem do Governo agora pega o DEP e o reparte em dois. Por que repartir em dois? Repito, uma estrutura que tem quase 50 anos, que foi a estrutura de governo que assumiu os encargos do antigo DNOS, na década de 1970, faz a seguinte proposta: a área de conservação vai para serviços e a área de obras vai para a infraestrutura. Qual é a nossa proposta? É muito semelhante à proposta da Controladoria: que se mantenha a estrutura do DEP como está ou vinculada à nossa Secretaria de Infraestrutura. Essa é a

nossa Emenda nº 12, e eu acredito que, com ela, nós atendemos propostas do Executivo e mantemos o nosso Departamento de Esgotos Pluviais como uma unidade importante para a preservação dos bons serviços de rede da cidade de Porto Alegre. Vamos votar “sim”. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 005/17.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde, eu queria usar a palavra para apoiar a emenda do Ver. Ferronato. É uma emenda muito, muito importante; não é uma emenda qualquer. É uma emenda técnica que preserva o serviço fundamental, e ela também tem o mérito que é impedir que um debate necessário seja feito na cidade de Porto Alegre, porque o DEP vem sendo desmontado e não é de hoje. O desmonte do DEP se combina com esquemas de corrupção que ocorreram no DEP, que não são de responsabilidade do corpo funcional do DEP. O corpo funcional do DEP tem capacidade, o corpo funcional do DEP pode fazer com que nós tenhamos um serviço público melhor, mas não é possível que os servidores qualificados sejam desrespeitados e tenham seu serviço desmontado, porque isso vai gerar um prejuízo na ponta. Um departamento que já está sendo sucateado, com a sua extinção – na prática é disso que nós estamos falando: a extinção formal e real do departamento –, nós vamos ter uma precarização e uma desorganização ainda maior do serviço. Infelizmente, tem uma parte técnica equivocada e tem também um objetivo que só pode ser político, que é fazer com que a discussão real que deve ser feita acerca do DEP – sobre os escândalos que nós tivemos no departamento, que não são de responsabilidade da grande maioria dos servidores e sim escândalos relacionados com a gestão do DEP – seja posta debaixo do tapete.

Então, nós iniciamos o ano fazendo a demanda de que era preciso ter uma investigação acerca da corrupção no DEP, que já é objeto de investigação na Polícia Civil, que já é objeto de investigação no jornalismo investigativo, mas a Câmara de Vereadores simplesmente fecha os olhos para o problema e encerra o semestre aceitando a extinção do Departamento. Realmente isso é o que eu chamo de colocar a sujeira para baixo do tapete, e colocar a sujeira para baixo do tapete atacando os servidores públicos que têm anos de serviços prestados para a Cidade e atrapalhando o funcionamento do Departamento, porque se hoje já existe um processo de desorganização, se hoje já é uma situação em que um passa para o DMAE, outro diz que é do DEP, imaginem com a divisão que está sendo proposta. Com a divisão que está sendo proposta nós vamos ter que ter praticamente dois secretários discutindo para ver como realizam uma simples obra. Então, não é funcional, não é tecnicamente correto e não é politicamente justo que a sujeira seja varrida para baixo do tapete e nós não

tenhamos a defesa do DEP, que passa pela CPI, mas que passa por preservar a instituição. Apoiada a emenda do Ver. Aírto Ferronato.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 005/17.

O SR. ENGº COMASSETTO: Obrigado, Presidente. O Ver. Aírto Ferronato traz uma emenda para que possamos ainda, no limite, numa última oportunidade, não destruir um acervo técnico ou não continuar a destruição que foi feita, sim, Robaina, no DEP, no último período. Agora temos que separar aqui a essência do DEP, o seu patrimônio e as gestões que lá estiveram e que comandavam, independentemente da qualidade técnica que existe. Estou aqui, em nome do meu partido, defendendo a emenda do Ver. Aírto Ferronato, que propõe, lá na Secretaria de Obras, manter esse acervo unificado, com os seus funcionários. Para quem não conhece o DEP, ele tem o cadastro de todas as redes pluviais da cidade de Porto Alegre. Isso serve para obras e serve para manutenção. Uma coisa é ter esse comando, ter esse controle; outra era um comando que tinha lá na gestão, há bem pouco tempo que, em conluio com as empresas, contratavam, limpavam as bocas de lobo – pulavam cinquenta, limpavam uma –, mandavam o mapa, e as empresas eram pagas integralmente – era feito não sei o que com esse recurso.

Ver. Robaina, em 2015, propusemos aqui uma CPI do DEP, que não foi aceita naquele momento. Sei que o senhor propôs novamente e que não foi aceita novamente. Bom, não basta extinguir o DEP no sentido de acabar com aquela situação até hoje não esclarecida para a Cidade. Aí, quando vem uma chuva, alaga. É claro, se a Cidade está toda entupida por baixo, vai alagar. Isso é responsabilidade dos funcionários e desse patrimônio da inteligência que lá tem. Eu disse aqui antes: o DEP iniciou um estudo que o tornou real para a cidade de Porto Alegre que tem um Plano Diretor de Drenagem Urbana. O que isso significa? Cada chuva que é prevista com tantos milímetros que cairá em determinado período de tempo, o DEP pode prever quais as comunidades que poderão ficar alagadas pelo excesso pluvial ou não. Essa informação é importante ou não para a Cidade? Esse acervo tem que ficar junto ou não? Eu não tenho dúvida de que tem que ficar junto! E junto com ele, todos os funcionários que detêm essa inteligência. Eu poderia citar vários engenheiros, mas lembro de uma autoridade, a Eng.^a Magda, que se aposentou há poucos dias, e é um exemplo do funcionalismo que representa o DEP. Ali tem inteligência de anos sendo construída. O Ver. Aírto Ferronato, o Ver. Adeli não propõem aqui continuar ou deixar o modelo de gestão que tinha uma direção, que fazia o que bem entendia, inclusive contra a opinião dos funcionários, que detêm o conhecimento e que apontavam e apontam para nós onde estão os atos de gestão malfeitos. Uma coisa é quem dirige, outra é a inteligência e o potencial. Nós temos o potencial, Porto Alegre tem uma qualidade técnica que hoje se

assenta no DEP. Assim como no DMAE que faz parte da Assemae – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento.

Então viemos dizer aqui não à destruição do patrimônio da inteligência, da engenharia e da hidrologia existente através do DEP. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 005/17, pela oposição.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores. Venho à tribuna para tentar contribuir e lançar mais alguns elementos para o debate que está prestes a culminar com a votação da primeira emenda ao projeto que estamos discutindo pela tarde toda. Não temos ainda muitos posicionamentos solidificados com relação a esse tema, e por isso eu vou, em tempo de Comunicação de Líder pela oposição, trazer alguns argumentos. Como bem destacada anteriormente pelos que me antecederam, particionar as equipes, a estrutura e o conhecimento acumulado ao longo desses anos em que o Departamento de Esgotos Pluviais funcionou nesta Cidade pode ter prejuízos para a Capital dos gaúchos. Digo isso por conta da divisão dessa pasta em duas secretarias distintas. Uma delas, como foi bem dito pelo Ver. Roberto Robaina, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos prestaria manutenção das redes já existentes de coleta de esgoto pluvial; e ficaria a cargo da Secretaria Municipal de Infraestrutura a parte de implementação de redes novas. Eis que, se nós temos uma rede antiga e uma modificação que faz parte do processo de aumento de complexidade de urbanização da cidade, com o aumento progressivo das taxas de impermeabilização do solo, talvez tenhamos uma menor penetração e infiltração de água no solo. Com essa menor taxa de retenção, aumenta o escoamento para as bocas-de-lobo, e a criação de uma nova rede vai precisar, obviamente, planejar esse dimensionamento com relação às novas exigências. Eis que, se sai da pasta que faz esse planejamento, que faz essa análise e transfere única e exclusivamente para uma pasta menos técnica, uma pasta que vai consertar canos, trocar tubulações, talvez esse escoamento crescente das águas das tubulações possa vir a acarretar problemas na rede já existente, que talvez não tenha a capacidade para fazer a drenagem adequada. Então, como cidadão desta Cidade e passando do trajeto da minha casa até os locais onde trabalho, porque ainda dou aula em algumas escolas, passo por constantes focos de alagamentos. Portanto, o fato de que nós tenhamos organismos diferentes, secretarias diferentes trabalhando sob o mesmo viés me preocupa bastante. Uma, com ampliação e implantação de novas redes, e outra com a manutenção das já existentes. Eu creio que o mais sensato e coerente seria deixar sob o mesmo guarda-chuva, sob a mesma estrutura esses mesmos serviços, os serviços de manutenção e de implantação de novas redes, assim como também o DMAE poderia ser incorporado ao mesmo guarda-chuva. Mas esse particionamento do DEP, na minha modesta opinião, é prejudicial aos serviços prestados à nossa Cidade, e, talvez, nós

tenhamos problemas futuros que nós não consigamos inicialmente mensurar, pois a urbanização progressiva e descontrolada talvez aumente os problemas de formação de ilhas de calor, os fenômenos de microexplosão, que são fenômenos climáticos imprevisíveis. Aí, como responderemos a isso? Portanto, deixo esse recado e esse alerta aos Vereadores e Vereadoras desta Casa. Acho temerária essa partição do DEP e encaminho a votação para a aprovação da emenda do Ver. Airto Ferronato, que eu acho que qualifica a prestação desse serviço e dá mais segurança à nossa Cidade. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**, 21 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Em votação a Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 005/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, essa mensagem retificativa é uma mudança no projeto de lei enviada pelo Governo Municipal hoje; foi protocolada aqui na Casa no dia de hoje, um projeto que está aqui há alguns meses. E, nessa mensagem retificativa, uma das mudanças – eu vou falar desta, porque outros Vereadores falarão de outras – é o nome da Secretaria de Desenvolvimento Social, que se transforma em Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte. O Ver. Janta veio aqui e disse que isso foi um acordo construído com Vereadores que entendem muito de esportes, então eu respeito a história de cada um e cada uma. Só quero fazer o registro que uma secretaria que incorporou – eu vou lembrar o que incorporou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – toda a assistência social da cidade de Porto Alegre, que, neste semestre foi desmantelada – desmantelada, só na Restinga tem 30 funcionários a menos, não tem acesso ao Bolsa Família... Ontem a CECE, Ver. Tarciso, estive numa escola especial, EMEEF Prof. Luiz Francisco Lucena Borges, e um aluno da escola especial, que está em abrigo, um menino autista, com outras patologias, que perdeu pai e mãe, um abrigado, ele não está indo à escola, porque a FASC não está garantindo o transporte. Está faltando às aulas! É isso. Posso falar? Ver. Tarciso, nós nos emocionamos, e eu posso dar mil exemplos só na área de assistência social que a secretária que tem que cuidar de pastas não está conseguindo dar ritmo, respostas, organização, orçamento, tendo que nomear funcionários, e os contratos foram desativados, com um prejuízo brutal na cidade de Porto Alegre, brutal para as políticas sociais. As pessoas mais pobres, mais vulneráveis dessa Cidade estão sem o apoio e o suporte dos CRAS que foram desmontados, não tem funcionário, dos CREAS, nem os programas do Governo Federal conseguem acessar. Essa secretaria é responsável por todos os direitos humanos: das mulheres, dos negros e negras, da

população LGBT, de todas situações específicas de vulnerabilidades, essa Secretaria ficou responsável pela geração de emprego, pela acessibilidade. Novamente, Ver. Alvoni, Vossa Excelência estava conosco na escola especial, Ver. Pujol, a acessibilidade não tem em uma escola especial, que tem três cadeirantes, tendo as professoras que carregar a cadeira de rodas para as crianças poderem participar da atividade com a turma. E nós vimos ontem quem são essas crianças e adolescentes que saíam gritando, que não falam, que não têm referência, que não têm coordenação, enfim, não têm acessibilidade. Então, é uma grande Secretaria que tem que tratar da situação rua, e o DEMHAB está vinculado a ela. Um dia desses, fiz uma reunião com o Mario, Ver. Engº Comassetto, e ele tinha passado três horas com a secretária, porque ele não tem autonomia. Então, o DEMHAB, habitação popular, está junto com a Secretaria; então, quer dizer que ela vai se chamar secretaria de desenvolvimento e esporte. A secretaria de esporte, professor Mauro, da ESEF/UFRGS, vai cuidar da habitação popular? Se isso não é um monstrengo, o que é? Se não é desrespeito com uma história construída nesta Cidade, o que é? Se não é desconsideração, descaso, falta de respeito com uma história que veio antes, o que é? Prefeito Marchezan, a história chegou antes de o senhor aqui - antes! Que o senhor a respeite e acrescente; agora, fazer esse monstrengo, essa junção, que já mostrou que não dá certo, que é humanamente impossível, somos contra. Isso não resolve a luta que está sendo levada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 005/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: O Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, claramente, é preciso, neste momento, raciocinar com muita clareza para não perder conquistas que estão em fase de consolidação. A Mensagem Retificativa traz várias alterações. Traz uma alteração que, para mim, é da máxima importância, quando altera o art. 3º da lei, e surge a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esportes. Isso, Sr. Presidente, é a repetição do que nós propúnhamos há seis meses, quando perdemos porque só obtivemos 16 votos favoráveis. Hoje, Ver. Cassiá, face a sua liderança e dos demais companheiros vinculados ao esporte – que estabeleceram a lei de diálogo com o Governo –, o Governo se curva e admite apoiar aquela emenda que o Ver. Aírto Ferronato propôs há seis meses, a qual nós apoiávamos e que não foi aprovada. Então, eu quero dizer, com toda a clareza possível, que eu vou votar a favor da Mensagem Retificativa por esta razão; outras poderiam ocorrer, mas esta é a maior. Acho que não podemos perder, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, a possibilidade desse ganho, até porque eu acresço uma emenda, que logo depois será votada, que consolida esses ganhos, Ver. Cassiá, quando digo numa emenda que serão mantidas todas as políticas públicas relacionadas ao esporte, aos programas existentes que serão priorizados em sua execução. É a consolidação do trabalho de abertura que V. Exa.,

juntamente com outros colegas, cerca de 10 moradores, realizou em diálogo com o Prefeito Municipal. Vou votar a favor, porque quero dizer, com toda a tranquilidade, que com muita frequência eu aprendi na vida, que na busca do ótimo, perde-se o bom. Se nós estamos em condições de priorizar o programa, de mantê-lo intocável, por que não consolidá-lo? Inclusive, colocando na lei de forma clara, precisa. Isso não é discurso não, é colocação na lei. Então, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu sei que eu posso no momento estar decepcionando pessoas que me são muito caras, muito queridas, as pessoas da Vila do IAPI, que são a minha mocidade, a minha adolescência, lá do Alim Pedro. Sei que eles não estão concordando neste momento comigo, mas tenho certeza de que daqui a muito pouco os tempos se encarregarão de comprovar que esse atalho que nós estamos estabelecendo, consagrado na Mensagem Retificativa, é o melhor caminho para preservar melhor esse grande trabalho que é feito em prol do esporte na Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 005/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Na verdade, a Mensagem Retificativa segue a lógica do projeto de conjunto, que é a criação de supersecretarias por um lado, que é juntar e extinguir serviços públicos essenciais, e, por outro lado, com um discurso falacioso de que é para garantir a economia dos recursos públicos, não extingue nenhum cargo em comissão. Mais do que isso, o projeto nominalmente fala que os cargos em comissão das secretarias extintas serão realocados para outras secretarias. Então é preciso que a verdade seja dita, mais que isso, não só realocados para outras secretarias ao bel-prazer do Governo Marchezan, como propõe dar um cheque em branco para que o Governo altere orçamento por decreto, orçamento votado pela Câmara de Vereadores e já criticado por nós em um conjunto de gastos desnecessários, com insuficiência de verbas para as áreas sociais. Independentemente disso, colocar a possibilidade de o Governo ter um cheque em branco para realocar recursos orçamentários, que tratarão de todas as Secretarias referidas nesse projeto da reforma administrativa de conjunto, é extremamente temerário. Não com o nosso voto, não com o voto da oposição. Nós precisamos justamente do contrário, precisamos de transparência nos recursos públicos e de garantia do orçamento para as áreas sociais. É justamente isso que o Governo não tem cumprido. Por isso, também não nos contempla a ideia de criar uma supersecretaria com áreas que não tem afinidade, ou mais, criando uma série de demandas para uma mesma pasta, que mostra o absurdo que é a política do Governo Marchezan. Eu já havia falado aqui anteriormente que, por exemplo, no caso dos esportes, estaria junto com o DEMHAB, política habitacional; junto com a FASC, Fundação de Assistência Social, que já passa por um verdadeiro colapso no Município neste momento, por uma crise; a assistência social está colapsando no Município de

Porto Alegre, junto com os direitos humanos e todas as Secretarias pertinentes aos direitos humanos, direito das mulheres, direitos LGBTQI, direitos dos negros e negras, direitos da população indígena, direitos da população em situação de rua. Então, é falacioso o discurso de que manter a Secretaria junto com o desenvolvimento social vai manter a Secretaria de Esportes. Não vai! É preciso aprovar a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra, e aprovar a Subemenda nº 02, de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra e da Ver.^a Sofia Cavedon, que repõe a Secretaria Municipal de Esportes no seu devido lugar, com a sua devida estrutura. Não adianta apresentar uma emenda dizendo que vai manter o orçamento, embora nós vamos votar a favor, não é esse o problema. Gente, nem o que está orçado e votado no orçamento é executado! Quem não sabe que eles contingenciam aquilo que está votado, aprovado, e lá, para ser executado na Fazenda Municipal, muitos recursos não saem.

Em terceiro lugar, muitos dizem que não é preciso ter secretaria para ter segurança, de que a política vai seguir. Basta ver, nas secretarias que foram extintas pelo Governo do Estado, que fim levaram as políticas que aquelas secretarias tocavam! Eu vou dar o exemplo da Secretaria das Mulheres, que era uma Secretaria importante no combate à violência contra as mulheres. O Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado, que é o único que o Estado tem na cidade de Porto Alegre, está acabado, perderam assistentes sociais, perderam advogados, perderam psicólogos, perderam a capacidade e a infraestrutura para poder agir no ciclo de violência antes que ele leve, inclusive, à perda da vida da mulher. Nós estamos falando da vida das mulheres! Mais do que isso, o programa que garantia recursos para ter políticas de combate à violência. No ano passado, foram R\$ 990,00 gastos, porque acabou a Secretaria, acabou a política. Não é preciosismo, estamos defendendo aqui a política pública dos esportes e queremos que a Subemenda nº 1 e a Subemenda nº 2 sejam aprovadas para garantir que conquista da cidade de Porto Alegre, que tem mais de 20 anos, desde 1993, se mantenha nas praças, bairros e institutos importantes, na vida comunitária do povo que está aqui conosco e do povo que não pode vir.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLE nº 005/17.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Eu vou seguir a argumentação da Ver.^a Fernanda Melchionna, para ver, depois, se os Líderes do Governo têm algum argumento, para que eles possam usar a palavra. Quanto à secretária Maria de Fátima Paulo, eu quase tenho que fazer uma intervenção aqui de solidariedade a ela, porque o Governo, com essa política, só pode estar querendo derrubar a Secretária. Essa Secretária, eu conheço ela, é uma Defensora Pública que não tem envolvimento em corrupção - o que é um dado importante -, ela ajudou a levantar a Defensoria Pública. Embora, a Defensoria também tenha alas internas, e ela nunca ter sido unanimidade lá,

foi escolhida Secretária. Eu sei que ela é uma especialista na questão da Defensoria Pública, ajudou a levantar a Defensoria, acho que ela esteve, inclusive no governo Rigotto, e assumiu uma pasta que eu sei que tem muitos assuntos dessa pasta que ela ignora, que ela não conhece. Eu sei que a Secretária não conhece a questão do DEMHAB. Eu sei que a Secretária não domina – e vários aqui se referiam a essa questão – os dramáticos problemas da assistência social. A Secretária não os conhece, e a FASC está sendo desmontada! A Secretária tampouco conhece a FASC. Os direitos das mulheres, os direitos humanos é algo que tem uma relação com a Defensoria Pública, historicamente falando. Mas nós sabemos que esses serviços, todos os serviços de responsabilidade dessa Secretaria estão numa situação precária, muito precária. A FASC está sendo desmontada; em relação ao DEMHAB, estamos praticamente sem política habitacional em Porto Alegre, e o Governo quer que essa Secretaria ainda assuma o esporte. Então, quando nós temos um quadro em que o Governo coloca para uma Secretaria todas as responsabilidades do mundo, é lógico que todas as responsabilidades querem dizer nenhuma responsabilidade! Se essa Secretaria tem todas as tarefas, quer dizer que ela não tem tarefa nenhuma. O Governo poderia chamar essa Secretaria da secretaria do nada! A secretaria do vazio, do fazer coisa alguma, porque ninguém pode fazer algo se faz tudo, e essa Secretaria tem a questão dos direitos humanos, tem a questão da FASC, tem a questão do DEMHAB, e agora querem fechar o esporte, colocando o esporte no interior dessa Secretaria. Pelo menos, honestidade o Governo teria que ter e dizer claramente que quer terminar com o esporte em Porto Alegre, o esporte municipal, o esporte público, porque é um Governo reacionário que não quer impulsionar organização da sociedade nos bairros, por isso que o Governo não dá bola! Porque o esporte, além de fazer bem para a saúde, e o lazer, além de fazer bem para saúde, aumentam a capacidade da sociedade em se associar, de se organizar, de se ligar, e o Governo parece que não quer nada disso, porque ele quer fazer um projeto autoritário, enfiando goela abaixo da sociedade as suas propostas. Esse é o problema. Então aqui não adianta fazer mensagem tentando esconder o que está fazendo, porque as pessoas não são idiotas, as pessoas estão vendo que o Governo está liquidando o serviço público com argumento falacioso de que é preciso cortar despesas. Nós sabemos que as despesas reais não estão sendo cortadas. Além do mais, nós sabemos que o Governo não tem política de receita, porque não quer enfrentar seus amigos, os muito ricos que não pagam impostos na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 005/17.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, mais do que um encaminhamento, Ver. Valter, eu quero fazer aqui um agradecimento ao Ver. Robaina que testemunhou que, no Governo passado, o

DEMHAB estava muito bom, que a FASC estava muito boa. Eu não esperava, sinceramente, tamanhos elogios do Ver. Roberto Robaina à Administração anterior, por isso agradeço a V. Exa., Ver. Robaina. Certamente o ex-Prefeito Fortunati irá agradecer a V. Exa. quando o encontrar pelos elogios feitos à Administração anterior. Segundo a sua ótica, estava tudo certo e começou a piorar a partir de primeiro de janeiro. Eu não vou defender aqui o Governo. Nós temos o Líder do Governo aqui, que é muito competente, o Ver. Janta, que poderá fazer alguma defesa. Nós temos o Vice-Líder, nós temos muita gente da base que pode fazer essa defesa, mas um agradecimento por exaltar a Administração anterior, eu tenho a obrigação de ressaltar. O Ver. Robaina deu um atestado de que, no Governo anterior, a FASC funcionava. Eu não concordo. Deu um atestado de que o DEMHAB funcionava. E agora eu vou fazer uma pequena defesa da Secretária Fátima Paludo, sem autorização, sem procuração. A Secretária Paludo é uma competente defensora dos mais pobres, ela foi uma grande Defensora Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Ela se preocupou muito com as pessoas que não tinham direito para contratar advogado. Ela levou a Defensoria Pública nas vilas, nos bairros, nas cidades pobres do Interior. Quem fez isso foi a Secretária Fátima Paludo, que não me pediu, não me deu procuração e eu não tenho nenhum cargo nessa Secretaria; mas tenho o dever, como cidadão, de reconhecer a capacidade, o tamanho e a responsabilidade da Dra. Fátima Paludo, principalmente com as pessoas pobres. E quem se dispõe a defender as pessoas pobres sempre terá o meu aplauso. Eu não aplaudo marajá; eu não aplaudo corrupto, ao contrário, eu os quero todos na cadeia. E hoje estou feliz porque temos um Presidente da República indiciado e um ex-Presidente condenado. Então, a justiça está sendo feita. Acho que, a partir de hoje, nós temos duas frases: o “Fora Temer!” e o “Entra Lula!”. O Temer fora da presidência, e o Lula dentro da cadeia. Muito obrigado. (Vaías.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 005/17.

O SR. RODRIGO MARONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; pessoal, boa tarde, de novo. Eu acho que é fundamental a gente saber que a Câmara de Vereadores, assim como a Prefeitura, a todas as novas eleições podem mudar, e a política pública, independente da posição ideológica que se tem, pode se alterar. Se hoje for votada aqui, por exemplo, a Secretaria dos Animais, eu não gostaria, já que é caro para mim este tema, na próxima eleição eu vou votar para tentar mudar isso. Eu, inclusive, já anuncio aqui publicamente que, na próxima eleição, independente do acordo que se fizer, eu vou votar na Luciana Genro. Eu vou, porque, quando eu escuto o Roberto e a Fernanda falando, eu vejo solução para tudo. Tudo! Não há uma política que não se tenha a solução acertada pelo PSOL. A Fernanda pediu para eu lavar a boca, aqui, do PSOL, e eu queria só lembrar que a Presidente do Rio, a Deputada

Estadual Janira foi inclusive denunciada, e internamente o PSOL a absolveu por pegar dinheiro do sindicato, que era o que eu falava aqui antes. Mas escutem, gente. Quero pedir atenção aqui a uma coisa: votem comigo para a Luciana Genro assumir a Prefeitura, que daí o Roberto vai ser o Chefe de Governança, e a Fernanda tem toda uma aclamação, já que ela respeita muito ele – eu não ia falar dela, mas sei que foi ideia do Roberto ela lançar, primeiro, a candidatura a Vereadora, talvez para ser Secretária das Mulheres, e vai ter solução para tudo. Eu penso que talvez o Roberto vá ficar; porque quando foi estabelecido o ponto aqui, o Roberto acabou saindo da Câmara. Quando passou a ter que bater ponto, o Roberto não quis ficar, ele era indicado da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Pedro Ruas. Talvez sendo chefe de gabinete da Fernanda Melchionna, ele vá instituir a Secretaria de Esportes; e aí vai ter Secretaria de Esportes. Eu estou dando a saída aqui. Vai haver 300 secretarias, vai ter combate à corrupção em 100% dos locais, vai ter atuação absolutamente ativa – eu tenho garantia disso! Porque eu escuto a solução vinda deles e é sempre isso. O PSOL não tem nada de contradição. É um partido perfeito, ideal, que já atingiu os céus; nem deveria ser considerado um partido político.

Com relação à SME, e eu agradeço ao pessoal que está em defesa, aos servidores e ao pessoal que utiliza a política pública, eu acho que é fundamental, mais do que qualquer coisa... E aí eu vou dizer uma coisa para vocês: eu já fui filiado ao PT e eu já fui filiado ao PSOL. Quero dizer a vocês que eu já acreditei numa verdade única; uma vez acreditei que o terror estava do lado de lá, sempre. Quero, inclusive, que vão, depois, se precisarem vaiar, mas acho fundamental a gente, mais do que qualquer coisa, acompanhar e cobrar. Se efetivamente a política pública dos esportes, se efetivamente o orçamento for diminuído, eu acho que não basta vocês virem aqui hoje; vocês têm que ir para a frente da Prefeitura, semanalmente, organizar e fazer protesto para pedir.

No passado, o Governo Fortunati era tão criticado e hoje é elogiado. Estão com saudade do que votavam contra. Naquele mesmo governo que o Roberto trabalhava aqui, depois bateu o ponto, era indicado da Fernanda e do Pedro, eu quero dizer a vocês que esse governo tão criticado pelo PSOL pode voltar. Se a saída é essa, pode voltar daqui a três anos. Agora, o que tem que ser feito é cobrar.

Eu fiz pedido de providências, porque o salão onde o meu avô joga – eu nem sou do esporte - estava com chuva e semi-destruído, ou seja, sempre vai ter o que melhorar, agora, temos que lutar para melhorar cobrando a política pública na ponta.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 21 votos **SIM** e 13 votos **NÃO**.

Em votação a Subemenda nº 01, destacada, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para

encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 005/17.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde a todos, é a terceira vez que venho à tribuna só para quebrar o gelo aqui, porque a minha preocupação é com o esporte. Nós estamos “aos quarenta e quatro minutos, pênalti”, e eu vim aqui de coração, pedir aos nobres Pares, Colegas, que aprovem a Subemenda nº 01. Quero dizer também ao Ver. João Bosco Vaz, que trabalhei 4, 5 anos, eu assinei esta Subemenda, porque eu acredito muito no esporte. Não quis passar por cima de ninguém, Bosco, essa Subemenda é tua, e respeito muito, tenho um carinho muito grande por ti. E pergunto, Fernanda, nobres Colegas, a todos, o que é o esporte na cidade de Porto Alegre? Não fui eu que votei para ter Secretaria do Esporte no Brasil. O Brasil todo tem. E Porto Alegre é a Capital do Estado, a Capital dos gaúchos, a Capital do esporte, a Capital dos grandes ídolos. (Palmas.) Eu acho que seria uma lástima. Por que esta emenda pede a separação da Secretaria do Esporte e do Desenvolvimento? Nós temos pessoas que amam o esporte. Eu quero dizer a todos vocês, professores e usuários do esporte, vendo as fotos no ginásio Tesourinha, que maravilha, os idosos, as pessoas praticando esporte. Gente, o nosso País precisa de educação, esporte e lazer. É o que o País precisa para diminuir esta violência. Então, eu peço de coração, sem aplausos, aos novos colegas: pensem no esporte. Que Oxalá, ele que fez o esporte, nos ilumine. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 005/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Esta Subemenda é decisiva, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Ver. Tarciso, em primeiro lugar, quero te fazer uma homenagem (Palmas.) Acho que é importante fazer, porque tem que ter muita força e muito compromisso com os esportes para enfrentar o rolo compressor do Governo Marchezan. O Governo Marchezan quer porque quer impor tudo que ele pensa, porque parece que está iluminado, que ele pensou e tem que ser feito. E é preciso ensinar o Prefeito que a gente aprende com a Cidade, que a gente faz melhor quando dialoga com a Cidade, que a gente erra menos, Ver. Mendes, bem menos, quando a gente ouve, quando a gente volta atrás, quando a gente aprende com quem já viveu muitos anos em várias comissões. Nós já fomos departamento, a Secretaria Municipal de Esportes já foi um departamento, já sabe o que é não ter prioridade, não ter autonomia, ser um apêndice. Já superou isso, isso é retrocesso, não há nada, um diagnóstico que diga que deu errado. Se tivesse um diagnóstico dizendo que foi departamento, deu certo, isso e aquilo, virou secretaria e deu errado, piorou, não deu certo, ficou onerosa, ficou cara, se tivesse esse diagnóstico, mas não tem! É o inverso: essa secretaria foi perdendo pessoas, porque ela já teve 140 professores, perdendo praças – temos 8, mas eram 22 parques e praças –, foi

perdendo por retirada de investimento e sobreviveu mais valorosa, mais estendida, mais forte, com milhares de pessoas inscritas em oficinas, inscritas nos espaços oferecidos heroicamente por essa pequena grande Secretaria. Então, é um retrocesso o que vai ser votado aqui, se não separar o Esporte do Desenvolvimento Social, é um retrocesso. Ver. Alvoní, Ver. José Freitas, é um grande retrocesso; vocês, que trabalham com a área social, é um grande retrocesso. Não façamos isso. O esporte não é só para a inclusão social, todos nós sabemos. O esporte é também para a inclusão social, mas o esporte é pelo esporte em si, porque quem faz esportes, quem faz recreação, quem caminha são todas as classes sociais, senão vão parar na doença, na morte, na insuficiência cardíaca, na pressão alta, em doenças crônicas. Todas as classes sociais têm que fazer esporte. Antes de a Secretaria de Esportes ter esse trabalho maravilhoso, só fazia esportes a gurizada que joga no meio da rua, na periferia, ou quem está num clube ou numa academia. A Secretaria de Esportes trata a todos igualmente, e quem pode mais contribui mais. E contribui para manter o quê? Eu disse para o Ver. Camozzato que esse é o melhor modelo. O Prefeito não precisa se preocupar, ele gasta o mínimo e aquela praça fica com gente todo o dia. Às vezes, quando eu passo na frente do Parque Ararigboia, me dá um cansaço, porque é domingo de tarde e está em plena efervescência! Como é que tem fôlego de manter um espaço sete dias por semana, três turnos? Só com essa imensa parceria com a sociedade.

Então, Ver. Tarciso, nós temos que separar o esporte do desenvolvimento social para fazer justiça, para não ter retrocesso na Capital dos gaúchos, na Capital da participação popular, na Capital da cidadania, na Capital que, infelizmente, é uma das mais violentas do mundo – e vai piorar, se a gente diluir esporte, lazer e recreação. Vamos votar com esse povo, vamos votar com essa energia, vamos votar com essa saúde!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 005/17.

O SR. MENDES RIBEIRO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha aqui nas galerias, todo mundo sabe que eu sou um entusiasta do esporte. O esporte é desenvolvimento social, o esporte é inclusão, o esporte é educação. Concordo com tudo isso. Eu venho de uma escolinha, da Tamandaré, e muito futebol, muito xadrez, muito ping-pong eu pratiquei na escola e na praça. Eu sei a importância do esporte para as comunidades. Nós fizemos um grupo de Vereadores aqui da Câmara e fomos ao Prefeito Marchezan, que nos atendeu, nos escutou. Tentamos convencê-lo, de diversas maneiras, da importância do esporte, e ele sempre resistiu, não acatava a Secretaria de Esportes. Passou um tempo, voltamos ao Prefeito, um grupo de Vereadores, entre eles, o Ver. Tarciso, que apresentou essa emenda, e lá foi exposto que eles iam unir o esporte ao desenvolvimento social. O Ver.

Tarciso se manifestou que tinha alguma preocupação, mas em momento nenhum foi contra a proposta do Prefeito Marchezan. Nós saímos da reunião com um acordo feito: iríamos votar e aprovar a emenda do desenvolvimento social ligado ao esporte. Cabe a nós, Vereadores, fiscalizar e ver as políticas públicas do esporte na cidade de Porto Alegre. Hoje, tenho certeza que dos Vereadores que estavam lá na sala do Prefeito, o único que não vai votar a favor será o Ver. Tarciso, por quem tenho o maior respeito, a maior admiração e o maior carinho pelo seu trabalho e pela sua pessoa. Admiro aonde chegou, um grande atleta, um grande ser humano, uma grande pessoa, mas, aqui, acordo tem que ser cumprido, e nós vamos votar pela Secretaria de Desenvolvimento Social ligada ao esporte. Vamos fomentar o esporte na cidade de Porto Alegre, que é o mais importante. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 005/17, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu quero ser breve, porque boa parte da discussão que estamos fazendo já foi feita durante a tarde de hoje em relação ao projeto da Secretaria Municipal de Esportes. Só quero responder que nós temos a convicção, Ver. Cecchim, de que o governo passado foi muito ruim e temos a convicção de que tudo que é ruim pode piorar. O Governo Marchezan é a demonstração disso, com a precarização, com o ataque ao serviço público, com o desmonte das áreas sociais e com a perseguição aos que lutam nos movimentos sociais, enfim. Independente da resposta à sua provocação, quero dizer que nós temos duas emendas que podem corrigir isso no projeto, Ver. Tarciso, e quero cumprimentá-lo pela emenda, porque, independente se um grupo de Vereadores esteve com o Prefeito ou não esteve, o Parlamento tem que ser independente. Não é a posição do Marchezan que tem que prevalecer no Parlamento, tem que ser a posição do Parlamento. Ou pelo menos deveria. Infelizmente, não tem sido assim não só no Parlamento de Porto Alegre, mas Brasil afora, vide a CPI do DEP, a CPI da FASC pela qual estamos lutando, vide uma série de discussões, como foi o confisco de salários com o aumento da alíquota de 11% para 14%, votado para o Previmpa.

Mas quero trazer a esta tribuna, em um minuto, que não é só um tema de nomenclatura. Alguns Vereadores têm insistido em dizer que, estando junto com o Desenvolvimento Social, a Secretaria fica preservada. Isso não é verdade. Acho que já está claro tanto pelo que tem hoje no Desenvolvimento Social, a Pasta que Maria de Fátima Paludo já é responsável, tem problema na FASC com o colapso das políticas de assistência, com o desmonte das políticas de assistência e o não repasse de verba pública. O DEMHAB fazia muito tempo não tinha política habitacional em Porto Alegre, a verdade é que a política do governo passado era terrível. Agora, consegue ser pior, porque o DEMHAB aparece nas reuniões e diz que é para aumentar a cooperativa

para gente que está com reintegração de posse e com a corda no pescoço! Então, a solução do DEMHAB tem sido sempre essa. Quando deu o episódio lamentável dos Lanceiros Negros, que é a expressão de como a violência e a criminalização dos movimentos aconteceu numa ocupação de um prédio que estava abandonado há 10 anos, a entrevista com o Diretor do DEMHAB mostra a insuficiência da política habitacional da cidade de Porto Alegre. Juntar o esporte com uma Secretaria que já tem uma série de razões, obviamente, vai piorar a política de esporte. Mais do que isso, agora nós estávamos no hiato da reforma administrativa a essa lei, como foi votado lá em janeiro, demoraria 120 dias. Gostaria que os Vereadores fossem visitar os espaços, os ginásios, os parques para ver como a política já está sendo desmontada. Dos Cecores da Restinga tiraram a manutenção, tiraram a limpeza e, num bairro que é dos mais populosos da nossa Cidade, que sofre com a violência diante da ausência das políticas de segurança e de prevenção à violência, não se pode ter esporte à noite porque o Governo acabou com a política de esporte no Cecores. Os professores, a limpeza e a manutenção diminuíram.

Portanto, é fundamental manter o orçamento, manter a Secretarias, manter a política. Ver. Tarciso Flecha Negra, nós, da oposição, por óbvio, vamos votar na sua emenda, vamos votar na Subemenda nº 02, apresentada pela Ver.^a Sofia Cavedon, fazendo este apelo para o conjunto da Câmara de Vereadores que é preciso ter independência, é preciso ter coerência, é preciso manter a posição. Fica SME!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 005/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Venho à tribuna mais uma vez manifestar abertamente a posição do meu partido, PSOL, favorável à emenda proposta pelo Ver. Tarciso, diante da necessidade cada vez maior de aplicação de recursos e ampliação de serviços em áreas que podem contribuir com a diminuição dos índices de violência em nossa Cidade. A violência e a insegurança assolam todos nós. Porto Alegre está a largos passos se encaminhado para uma situação caótica em termos de violência, e somos uma referência negativa no nosso Brasil infelizmente, e isso não é única e exclusivamente fruto de um abandono das políticas públicas de segurança. Não é, isso vem de décadas, isso foi plantado há muitos anos, há muito tempo. Darcy Ribeiro já dizia: “Se não construirmos escolas, em 20 anos [e já se passaram mais de 20 anos dessa frase], faltarão presídios.” E estão faltando! Portanto, essa ideia de que apenas policiamento ostensivo, apenas repressão vai controlar essa situação que está beirando o inaceitável por todos nós é de uma ingenuidade monstruosa, é de uma visão rasa brutal, que envergonha a todos nós, que temos a capacidade de raciocinar de forma lógica. É óbvio que as políticas sociais, e, entre elas, o esporte, têm um papel fundamental na garantia de uma sociedade mais civilizada, mais humana, mais justa e menos violenta. É

evidente. O que sobra aos nossos jovens hoje? Quais são as perspectivas que as nossas crianças e os nossos adolescentes têm? Estudar feito loucos, procurar uma capacitação, trabalhar até morrer, porque é isso que Brasília nos aponta: trabalhem até morrer, negociem com os seus patrões. Negociar o quê? Agora um ataque a políticas públicas que podem dar um outro horizonte aos nossos jovens, um horizonte baseado na busca por uma atividade esportiva para garantir um pouco de dignidade em suas vidas, a busca por uma outra opção que não seja a criminalidade. É isso que, reiteradamente, é feito no Brasil, excluir os nossos jovens, colocá-los cada vez mais à margem da sociedade, empurrá-los para os braços da criminalidade. É lamentável o quadro que se desenha em nossa Cidade, em nosso Estado, em nosso País. É por isso que viver no Brasil está se tornando insustentável, porque há um descaso crescente com relação a essas políticas públicas que abrem horizontes para o futuro das nossas crianças. É isso que está garantindo um horizonte catastrófico para as futuras gerações, e nós não podemos concordar, de forma alguma, com esse tipo de atitude. Precisamos investir, sim, não apenas em repressão, policiamento ostensivo, construção de presídios... Isso é enxugar gelo! Isso não resolve o problema! Precisamos investir em esporte, Ver. Tarciso, precisamos investir em cultura, precisamos investir em educação, e, aí, sim, melhoramos o horizonte das nossas crianças, caso contrário, o caos está aí e vai se aprofundar.

Portanto, encaminho a votação da Bancada do PSOL pela aprovação da emenda do Ver. Tarciso, e falo em nome dos Vereadores Roberto Robaina e Fernanda Melchionna. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 005/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu gostaria de subir a este púlpito e fazer um discurso fácil, maravilhoso, em que tudo é possível para o gestor público de uma cidade. Mas, senhoras e senhores que estão nos ouvindo, de quem é descontado, nos seus contracheques, a Previdência Social; para os que ganham R\$ 1.900,00 e pagam o imposto de renda; que ganham R\$ 4,3 mil e pagam 27,5% de imposto de renda; a senhora e o senhor que, a cada R\$ 100,00 que consome no Município de Porto Alegre, somente R\$ 18,00 ficam aqui nesta Cidade, o restante vai para a União ou para o Estado do Rio Grande do Sul; essa União que recebe R\$ 62,00 desses R\$ 100,00. Aí a gente faz um discurso fácil: que o Governo crie uma supersecretaria de fazer políticas públicas, supersecretaria de resolver problemas da vida das pessoas, problemas habitacionais. Parece que o Município tem recursos para fazer casas, não depende do Minha Casa, Minha Vida, não depende de recursos da Caixa Econômica Federal, não depende de recursos da União. Política social, parece que não é a União que cria as políticas sociais: Bolsa Família, políticas de

acolhimento... Se as pessoas que fazem o discurso fácil estivessem na luta por um novo pacto federativo, as coisas seriam mais fáceis. Aí, vir aqui dar o discurso fácil de que as coisas têm que acontecer e que a Secretária Paludo é a supersecretária e que não resolve as coisas! As coisas são resolvidas através de dinheiro.

Hoje, mais de duas dezenas de Vereadores assinaram uma emenda aqui que garante recursos do Orçamento do Município para o esporte. Uma dezena de Vereadores aqui desta Casa é vinculada ao esporte, de todas as áreas do esporte, e vai fiscalizar isso. Estão comprometidos com as suas bases, na sua área de atuação no esporte de fiscalizar isso, com recursos do Município – irão atrás disso. Nenhum Vereador hoje, aqui nesta Casa, com uma ou duas exceções, descobriu agora o campo do Ararigboia. Eles jogaram lá, já foram ao campo do Ararigboia, vivem no campo da Ararigboia. Tem gente que descobriu agora o campo da Ararigboia, está impressionado com o campo da Ararigboia! Tem gente que está enlouquecida com os campos da várzea de Porto Alegre, que descobriu agora. Os campos da várzea existem há mais de cem anos em Porto Alegre e vão continuar sobrevivendo. Os campos da várzea que o Bosco iluminou e botou tela; o Tarciso botou tela nesses campos, onde foram descobertos vários jogadores que hoje jogam na Europa, jogam em grandes clubes, como o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, o Sport Club Internacional, o Cruzeiro, o Flamengo! Mas nós precisamos de políticas públicas, e políticas públicas se fazem com serenidade, e não jogando responsabilidade... É um absurdo dizer que a responsabilidade da desocupação dos Lanceiros Negros em um prédio do Estado é do Governo de Porto Alegre! É um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 005/17, pelo Governo.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Olha o absurdo disso, é de confundir a cabeça do povo! Aí vem para cá dizer que estamos tirando dinheiro dos municipais. Nós não queremos mais é tirar dinheiro do povo de Porto Alegre, esse povo que quer ter o posto de saúde aberto. É a terceira vez que, quando começo a falar a verdade, os gritos vêm. Isso vem desde a Roma antiga, quando os gladiadores entravam no picadeiro, com seus escudos batendo, dizendo a verdade, a plateia calava e os senhores feudais, os donos do povo, gritavam para calar lá quem estava falando. Nós estamos aqui representando o povo, o povo que quer acesso à saúde até as 22h, o povo que quer abertura de mais três UPAs na cidade de Porto Alegre, o povo que quer creche funcionando, o povo que quer esse recurso do Município para o esporte funcionando. Nós estamos representando esse povo que quer políticas públicas do Município...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito que a plateia nos auxilie. Nós estamos quase no final dos trabalhos. O pessoal que está com apito aqui, por gentileza, nos auxilie para podermos terminar a Sessão. Nós estamos com um Vereador na tribuna, solicito que nos auxiliem. Obrigado.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Esse povo, o povo que quer ir para as praças praticar esporte. Aí nos acusam de coisas que até hoje não aconteceram! Chegando às praças, há atividades esportivas nas praças. O Prefeito foi em várias praças para ver as atividades esportivas...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Eu acho que vocês só foram nas aulas em que a Sofia estava. O Prefeito foi em várias praças para ver as atividades esportivas. Nós estivemos no Ginásio Tesourinha. Nós estivemos em vários locais importantes. A Cidade está pulsando! A Cidade está vivendo! Agora, vir para cá com demagogia, vir para cá dizer que tudo que está sendo feito não existia na cidade de Porto Alegre, que a cidade de Porto Alegre só existia há 16 anos, pelo amor de Deus! O Brasil também só existia há 16 anos?! Por que não fizeram as coisas que tinham que fazer no Brasil? Aí, ontem, nós não precisávamos ter visto os trabalhadores tomarem uma derrota desgraçada no Congresso Nacional! Por que não reduziram a jornada de trabalho? Por que não reduziram o fator previdenciário? Os mesmos que pregam a terra arrasada, agora, vêm pregar uma terra arrasada que não existe em Porto Alegre! Vêm aqui condenar uma Secretária que dedicou toda a sua vida para fazer o bem para as pessoas e que assumiu um caos na cidade de Porto Alegre! Quando realmente a verdade dói, as pessoas invadem o ambiente ou elas viram as costas, porque a verdade é uma coisa que dói muito, a verdade é uma coisa que machuca. Quando o nosso líder maior nos trai, o nosso líder maior não reduz a jornada de trabalho, o nosso líder maior não acaba com o fator previdenciário, o nosso líder maior não faz a reforma trabalhista e é condenado a nove anos de prisão, aí nos deixa revoltados. E vocês vieram aqui acusar os Vereadores e o Prefeito de Porto Alegre, porque fica mais perto.

Nós encaminhamos, Ver, Tarciso, infelizmente, para que não seja aprovada a sua emenda; que a nossa Mensagem Retificativa seja aprovada na íntegra, assim como o projeto com a emenda da Bancada do PMDB e a emenda que foi assinada por um montante de Vereadores, encabeçada pelo Ver. Reginaldo Pujol. Esta é a orientação do Governo para votação do projeto de reestruturação das secretarias do Governo. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Vaias.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Subemenda nº 01, destacada, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**. Ficam prejudicadas a Subemenda nº 02 à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 005/17 e as Emendas nº 11 e nº 17 ao PLCE nº 005/17.

Em votação a prorrogação da Sessão por mais duas horas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação a Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 005/17, como autor.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esta Emenda nº 10, que apresentamos em conjunto com o Ver. Idenir Cecchim, Líder da nossa bancada, é justamente aquilo que procura dar consequência ao enxugamento da máquina pública que está sendo proposto nesta reforma administrativa. O projeto não informa o impacto real das despesas que serão economizadas com a redução de secretarias ali contidas. Vale sempre lembrar que aprovamos a primeira etapa dessa reforma da Administração Municipal em janeiro deste ano, a partir de uma Sessão Extraordinária convocada pelo Poder Executivo. Hoje estamos apreciando a segunda etapa. E aqui, sim, no caso concreto, concluindo a primeira etapa e extinguindo 22 secretarias municipais. O que nós precisamos saber, na prática – e buscamos através desta emenda –, qual o montante de recursos públicos que serão economizados com a redução dessa parte da máquina pública municipal no ano subsequente. Queremos que isso esteja previsto na lei que for aprovada por nós, Vereadores de Porto Alegre, nesta tarde, quase noite de hoje, porque o cidadão deve saber, e esta é a regra geral da transparência, aliás, transparência que tem sido um discurso e um conceito repetidas vezes colocado pelo atual Governo. Por isso peço apoio dos Vereadores da base, dos Vereadores independentes e também dos colegas da oposição que apoiem esta Emenda nº 10. Nós vamos ter uma garantia de legal de que o Governo não deverá informar apenas esta Casa, mas deverá informar a população de Porto Alegre o que irá, de fato, representar essa redução da máquina pública em Porto Alegre. São saúde, segurança, educação as áreas essenciais definidas, inclusive pelo Governo, como prioritárias durante o processo eleitoral, em que essa economia de recursos deve representar. É lá que nós queremos ver aplicado esse dinheiro na convocação de novos guardas, na qualificação das estruturas físicas dos postos de saúde, na qualificação dos recursos humanos na área da educação. O cidadão precisa ser bem atendido, ele é o fim da redução da máquina pública. A redução da máquina pública não deve ficar só no discurso liberal ou não sei o quê. A redução da máquina pública deve, sim, reverter em favor do cidadão. E por esse motivo, apresentamos essa emenda e contamos com o apoio dos Vereadores, porque gestão pública se faz com transparência e correta aplicação dos recursos públicos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 005/17.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, na mesma linha do ilustre Ver. André Carús, que me antecedeu, venho fazer um apelo a

esta Casa, aos membros da base do Governo, aos independentes e mesmo à oposição que votem “sim” a esta emenda do Ver. Cecchim, que é importantíssima, que vem trazer transparência não só ao uso dos recursos públicos, mas ao que é feito com a economia. Sr. Presidente, não faz nem dois dias, em jornal de grande circulação da Cidade, que saiu um escore dos Vereadores que mais economizavam e daqueles que mais usavam a sua verba de gabinete. Não obstante, nós entendemos que cada um tem as suas necessidades, que os mandatos não são iguais, que a publicação do escore aritmético daquele pode trazer muita injustiça, porque tem gente que tem necessidades diferentes. O próprio Ver. Pujol, o próprio Ver. Dr. Thiago, que têm que se comunicar com o Extremo-Sul da Cidade, precisam utilizar recursos que eu não preciso. Então, quero fazer justiça a quem está nos ouvindo na TVCâmara. Da mesma forma, eu digo que essa justiça não é aritmética, porque os Vereadores não são iguais, os mandatos não são iguais, e não significa que aqueles que gastaram mais tenham desperdiçado dinheiro público. Muito pelo contrário, podem até ter trabalhado mais do que eu, que sou o quarto em economia aqui na Casa, podem ter trabalhado muito mais do que eu. Então, essa conta não é absoluta, não é aritmética, não é fechada.

Tirando isso, eu sou a favor da emenda do Ver. Cecchim e Ver. André Carús, porque os meus eleitores estão me perguntando: “Vereador, o senhor economizou R\$ 85 mil em seis meses, esse dinheiro vai ser usado em quê?” Esse dinheiro é da Câmara, nós temos aqui infraestrutura, nós temos que melhorar a nossa segurança, estamos colocando sistema de ar-condicionado central. Esse dinheiro vai ser remetido ao Legislativo. Nós estamos no século XXI, a nossa democracia avança, e democracia implica, necessariamente, acesso à informação, que é uma garantia que está no art. 5º da nossa Constituição. A transparência está lá no art. 37. Nós precisamos lidar com a coisa pública dando satisfação ao nosso patrão, Ver. Cecchim, e o nosso patrão aqui é o cidadão de Porto Alegre, que precisa saber se a nossa Prefeitura economizou. Ver. Janta, como Líder do Governo, apelo à sua sensibilidade que a gente possa aprovar essa emenda ao projeto do Executivo. Nós temos o dever moral e ético, Ver. Maroni, de dar satisfação ao nosso patrão, que é o cidadão de Porto Alegre, e o Executivo, quando economiza, é importante dizer “economizei e isso que foi economizado vai ser utilizado na seguinte rubrica e vai ter tal destinação”.

Por isso quero, Ver. Janta, encaminhar o voto do PROS favorável a esta emenda, fazendo um apelo para que a base do Governo acompanhe, Ver. Cecchim, que é um independente, que a oposição também acompanhe, e que a gente possa estar dando esse grande avanço para a democracia da Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 005/17.

O SR. RODRIGO MARONI: Brevemente eu queria aqui, mais do que manifestar o meu voto favorável à emenda do colega Idenir Cecchim, mas à ideia que

justifica inclusive tudo o que se falou na tarde de hoje; nada seria justificado se eu tivesse essa ideia, Cecchim. Acho que, se nós caminhamos aqui para tentar mostrar que pode se ter serviço de qualidade e fazer um enxugamento da máquina pública, a tua emenda é fundamental, até para que os recursos sejam destinados, mostrados e que a gente possa inclusive justificar ou criticar o próprio Governo. Aqui o que tem que se fazer não é dar carta branca ao Governo Municipal, como se fala; o que se tem que fazer é dar possibilidade de eles trabalharem como eles acreditam que pode se ter uma política pública bem executada. E aí vai de gestor para gestor, cada um acredita de uma forma. Mas com essa fiscalização e com este projeto aqui que divulga, eu acho que se mostra um pouco isso. Também quero dizer como foi feito aqui na Câmara. Eu pessoalmente não sou um cara que trabalho... E falo de forma muito honesta aqui que eu nunca tinha visto os meus custos de gabinete. Nunca foi uma preocupação que eu tive em trabalhar em cima dessa política de enxugamento de custos. Fiquei sabendo até pela imprensa com relação aos custos que eu tinha. Nem tinha noção de que eram esses e até me surpreendeu porque eu pensei que aquilo ali era mensal e me disseram que eram em seis meses. Mas também acho fundamental que seja gasto. Para aqueles que se preocupam em trabalhar os seus mandatos, eu vejo aqui o Felipe, por exemplo, que abriu mão. E aí tem que fazer uma menção, porque ele abriu mão de vários custos de gabinete. É uma política que o Partido NOVO acredita no Brasil todo, de enxugamento da máquina pública para diminuir os custos. Tem que falar o que é feito. Assim como eu, por exemplo, que nunca me preocupei, na verdade, em fazer isso, até porque os nossos custos lá não são exorbitantes, são custos de materiais, telefone, gasolina e que estão dentro do padrão, como muitos colegas têm. Mas é fundamental; parabéns, colega Cecchim, por este projeto, é fundamental que a sociedade saiba cada vez mais para aonde vai o dinheiro dos recursos públicos. Parabéns. Também quero dar parabéns aqui ao Felipe Camozzato, apesar de eu não aderir a esta política, acho que é louvável e justa esta política que o NOVO apresenta.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 32 votos **SIM**.

Em votação a Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 005/17, como autor.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; senhoras e senhores; a nossa saudação a todos da Controladoria-Geral do Município que estão conosco toda a tarde. (Palmas.) Vou repetir: depois de muita luta, aprovamos, em 2012, aqui na Câmara, a instituição da Controladoria-Geral do Município de Porto Alegre, que tem como atuação, dentre tantas outras coisas, o controle interno, a transparência, a auditoria, zelar pelo recurso público, controlar os

recursos públicos, o que é de uma importância essencial para qualquer que seja o gestor em qualquer nível de Governo: União, Estado e Município.

Em 2012, nós instituímos a Controladoria-Geral e unificamos nela todos os servidores que trabalhavam no DMAE, DMLU, DEMHAB, FASC, entre outros, todos na Controladoria-Geral. Pois agora estamos criando uma Secretaria, meu caro Ver. Roberto Robaina, Municipal da Transparência e do Controle.

Tenho certeza absoluta de que a proposta que institui a nossa Secretaria de Transparência e Controle, que, de um lado, institui a transparência e a Controladoria e, de outro lado, divide a Contadoria, termina com o nosso controle interno em Porto Alegre; ou, no mínimo, enfraquece extraordinariamente.

Eu já fui gestor de primeiro escalão. Quem de nós, gestores, homens e mulheres, não gostaria de ter uma área de setor público que cuida, zela com todo carinho e com preparo técnico, a boa gestão, o controle do recurso, do gasto, o ingresso de receita? Isso não me parece correto. Parece-me que enfraquece demais. E mais: numa Controladoria que tem pouco mais de 100 servidores, por que dividi-la em dois? Vamos manter uma Controladoria-Geral unificada. Porto Alegre alcançou, quando comandada por servidor da Controladoria, como sendo a Capital mais transparente do País. Criar uma Secretaria da Transparência extinguindo, dilacerando, quase que terminando a Controladoria-Geral, que, repito, recém criamos, não é uma medida que vá trazer resultado positivo, pelo contrário, vai trazer perdas para Porto Alegre, por isso conclamo aos Vereadores, antes de votar, pensar no que estamos votando, por que estamos votando, e depois deste pensar, meu caro Janta, e olhar com carinho, vamos votar favoravelmente, pois isso é bom para Porto Alegre. Um abraço. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 005/17.

O SR. ENGº COMASSETTO: Prezado Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, venho aqui em nome da nossa Bancada, em meu nome, da Ver.^a Sofia Cavedon, dos Vereadores Aldacir Oliboni e Adeli Sell, para dizer, Vereadores Idenir Cecchim e André Carús, que nossa Bancada acabou de votar na emenda que os senhores apresentaram, que diz que tem que ser publicado qual foi o resultado efetivo da reforma administrativa proposta pelo Prefeito Marchezan, o que economizou. E aí queremos pedir o voto de vocês, dos colegas do PMDB na emenda do Ver. Airto Ferronato para dizer o seguinte: em relação ao que está sendo proposto para a Controladoria-Geral do Município, não tem nenhuma economia e nenhum gasto a mais, porque a estrutura existente hoje é uma estrutura que, por força da lei, o Município teve que adequar em 2009, em um projeto encaminhado para esta Casa pelo então Prefeito Fogaça. Em 2012, teve que ser feita uma adequação - aí foi o Prefeito Fortunati que

mandou para esta Casa, inclusive a nossa Bancada votou favoravelmente nas duas leis trazidas naquele momento, porque entendemos, trazendo um outro debate aqui, que foi criada a Controladoria para adequar o Município na legislação. E Controladoria existe para quê? Para controlar, para dar transferência, para ajudar a fiscalização. E aí, colegas Vereadores, principalmente os novos, vejo aqui o André e o Camozzato, votaremos agora para destruir uma estrutura construída há pouco tempo, que é para controlar a eficiência da estrutura pública? É estar na contramão. E o que propõe o Governo neste momento? É dividi-la, mandar uma parte para um lado e outra parte para o outro. Bom, são 100 funcionários que trabalham numa equipe, numa estrutura hoje que existe. A reivindicação aqui colocada pelo funcionalismo, acolhida na Emenda do Ver. Aírto Ferronato, a qual estamos aqui defendendo, dando aval e votando e pedindo voto aos colegas Vereadores para aprovar, não traz nenhum prejuízo financeiro, não acrescenta nenhum centavo, mas mantém a equipe da Controladoria, que é para controlar os gastos públicos municipais, Ver. Janta, o discurso que o Senhor fez há pouco aqui. Pedimos, sim, que o senhor, como Líder do Governo, possa levar em consideração essa proposta que é uma proposta de eficiência e eficácia da máquina pública. Para ficar onde? Na Secretaria da Transparência. O Governo está propondo lá a Secretaria da Transparência; se ele quer transparência, fortaleça os instrumentos que atuarão para dar transparência. Controlar os gastos públicos é uma forma de dar transferência e eficácia à máquina pública. Então, o que está sendo proposto aqui não cai na política do Estado mínimo, não aumenta os gastos; cai em nós defender, atuar e trabalhar para que esta estrutura seja eficiente. Por isso, acompanharemos a emenda do Ver. Aírto Ferronato. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 005/17.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Obrigado, Presidente. Ver. Bosco, que bom que tu estás contando as minhas vezes, que eu nem me lembrava mais, se foram três ou quatro, mas são seis – que beleza! O que eu quero dizer é que muitos... Houve uma provocação, alguém achando que eu seria contra, sou oposição. Não! Eu sou independente. Eu e o Ver. Bernardino, ano passado, fomos independentes, cansamos de dar quórum e votar “sim” com o Governo. Quando o projeto é bom, eu, Tarciso, vou votar “sim”, e esta emenda minha que não passou, gente, faz parte – perder e ganhar faz parte da vida. Portanto eu votei na emenda do Ver. Cecchim, sim, e quero aqui rezar, falando aqui do pessoal, quero aqui rezar para que Deus ilumine esta pessoa que vai ficar com a Secretaria do Esporte, que possa fazer um belo esporte, Ver. Ferronato e Ver. Paulinho Motorista, para esta rica e maravilhosa cidade de Porto Alegre. É o que eu desejo. Eu não quero que saia tudo errado, pelo amor de Deus, porque eu tenho meus netos e tenho meus filhos, Sofia. Então, eu tenho que torcer, Ver.

Bosco, cada vez mais, que o nosso esporte seja um esporte que seja visto no mundo todo. Era isso, Presidente, eu vim aqui, gente, eu estou tranquilo, perdi muito na minha vida e ganhei também muito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 005/17, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Bom, eu quero encaminhar, obviamente, favorável à emenda do Ver. Airto Ferronato, vários funcionários me perguntaram. Obviamente, nós vamos votar para tentar manter unida a Controladoria e que não se enfraqueça o papel de fiscalização e de transparência que vocês têm cumprido ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, trago um questionamento: a quem importa enfraquecer a possibilidade de fiscalização, a possibilidade de transparência no Município de Porto Alegre? Eu, inclusive, fiz um projeto que previa tornar públicas as auditorias, muitas realizadas por vocês. Foi aprovado pelo conjunto dos Vereadores aqui da Câmara, e o Marchezan vetou. O Marchezan vetou o projeto, nós ainda não enfrentamos o veto, mas é parte de uma lógica de que o discurso de transparência foi usado só na campanha eleitoral, mal acabou a campanha eleitoral e não só não tem transparência na investigação à corrupção - como é o tema da CPI do DEP e da FASC que nós estamos propondo -, como um órgão de controle interno, com funcionários de carreira, está sendo desmontado, porque está sendo dividido e, inclusive, na nova estrutura, vai ficar mais caro ao Município, porque vai ter dois gestores ou dois coordenadores do serviço encarecendo. Então, na verdade, o discurso do julgamento do Governo é mentiroso, porque enxuga serviços públicos, enxuga fiscalização, enxuga transparência, ao mesmo tempo mantém cargos de confiança, mantém uma série de possibilidades de utilizar o orçamento a partir de decreto, mudando aquilo que foi votado pela Câmara de Vereadores e dando um cheque em branco para mexer em temas essenciais do nosso orçamento.

Então, nós votamos a favor da emenda e queremos, por óbvio, que a maioria da Câmara nos acompanhe. Infelizmente, a votação da SME, da Secretaria de Esportes, já foi uma demonstração. Quero dizer para vocês que aqui nos acompanham a importância da mobilização de vocês e mais: mesmo se não passar a emenda do Ver. Ferronato, que é muito importante e que nós queremos e votaremos para que passe, o papel de vocês seguirá sendo fundamental para que a transparência não seja enterrada e que a fiscalização não seja enterrada, porque nós sabemos que esse discurso demagógico do Marchezan acaba ali na esquina. Ele não pode fazer terrorismo dia sim, dia também com os funcionários e, ao mesmo tempo, esperar que esses funcionários cumpram seu papel essencial, que é de garantir os serviços públicos essenciais e, mais do que isso, no caso de vocês, fazer essa fiscalização permanente no Município de Porto Alegre.

Parabéns pela mobilização, esperamos que a emenda seja aprovada, porque os servidores de carreira ficarão, e esses governos, felizmente, vão passar.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** 14 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 13, destacada, ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 13, destacada, ao PLCE nº 005/17, como autor.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa noite, senhoras e senhores. Creio que todos estamos cansados, mas firmes e fortes na defesa do que acreditamos. A Emenda nº 13, a qual venho aqui manifestar o apoio, pedindo a votação dos colegas Vereadores e Vereadoras, diz respeito a uma prática de manifestação pública que foi recorrente desde a campanha eleitoral até o início do Governo Nelson Marchezan Júnior à Prefeitura desta Cidade. O discurso de que a Prefeitura se preocupa com os gastos, que quer reduzir os custos administrativos e quer moralizar, principalmente, as nomeações de cargos comissionados. Eis que, dentro da proposta de reestruturação administrativa, o Prefeito não indica, não coloca dispositivos legais para fazer a extinção dos CCs e das FGs dos órgãos que estão sendo extintos. Portanto, não há coerência alguma alguém pregar que quer economizar recursos extinguindo secretarias, muitas delas importantes para esta Cidade, como é a SME, que nesta tarde esta Câmara de Vereadores não permitiu que se mantivesse em nossa Cidade, prestando os seus serviços à população. E o Prefeito então determina que boa parte dessas secretarias será extinta e as suas funções serão absorvidas por outras pastas.

Mas, na contramão do discurso que ele mesmo prega, não propõe a extinção dos CCs, extinção dos FGs dessas mesmas secretarias. Onde está a economia? Onde está a moralidade? Onde está a palavra empregada? Não existe! Nenhum desses atributos pode adjetivar o Prefeito neste momento. Nenhum deles! Porque se fosse realmente compromisso moral, ético, desse senhor, as reduções já teriam vindo. E ele faz um escarcéu na imprensa dizendo que vai extinguir não sei quantos CCs e uma, duas semanas depois, todas as vagas estão preenchidas de novo! Isso é uma vergonha! Ou melhor, é uma falta de vergonha na cara! Isso é uma esculhambação! Esse cara é um mentiroso!

Infelizmente, eu preciso dizer isso! Prometeu na campanha, afirmou categoricamente nos veículos de comunicação que reduziria CCs, mas não está reduzindo, ele exonera, mas depois nomeia mais uma vez. Sai por uma porta e entra pela outra. Isso é imoral! E agora, quando tem a oportunidade de extinguir estes cargos para que eles não sejam mais uma vez preenchidos, não o faz. Por que não? Será que a minha lógica é tão estreita, tão limitada? Não consigo compreender isso, pregar algo e não cumprir. Acho que isso é falta de palavra, de postura, de posicionamento, algo que

fere completamente o que a população está pedindo dos políticos, que é decência. Portanto, peço aos nobres Pares que votem favorável à nossa emenda, que extingue os CCs e as FGs das pastas que estão sendo sepultadas na tarde de hoje. É uma questão de moralidade. Se o Prefeito não tem compromisso com a sua própria palavra, que nós passamos auxiliá-lo a cumprir o que prometeu. Boa tarde a todos; esperamos votação favorável pela aprovação da nossa emenda. Grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 13, destacada, ao PLCE nº 005/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, alguma coisa tem que justificar os retrocessos do Prefeito Marchezan que esta Câmara está assinado em baixo, e deve ser pela fala de muitos aqui, economizar, economizar, economizar. Portanto, coerentemente, Ver. Alex, temos que votar essa emenda para economizar. Apesar dos sinais trocados que o Prefeito dá aqui, veio aqui, liberou o teto salarial, por exemplo. Economiza com os pequenos, com os mais baixos salários, tirando hora extra, tirando banco de horas, tirando convocação extraordinária, mexendo nos plantões, economiza passando um semestre com 400 professores a menos, deixando criança sem aula, economiza deixando as crianças da educação especial entrarem em surto por falta de professores: segundo o que ouvimos ontem das professoras da EMEEF Professor Luiz Francisco Lucena Borges, a turma recebe cinco professores diferentes durante a semana, porque faltam professores. Durante todo o semestre, as escolas infantis e as escolas de ensino fundamental tiveram falta de aulas. Ele economiza prejudicando a Cidade, economiza provocando greve do lixo, tirando dos mais baixos salários, que são de quem recolhe o lixo, é assim que o Prefeito Marchezan desmonta uma teia de proteção e assistência social. Hoje de manhã, na conferência de assistência social, a fala num dos grupos foi que as redes de proteção da criança e do adolescente não funcionam mais, afrouxaram, os serviços não sentam juntos. Durante a tarde aqui, enquanto se assassinava a Secretaria de Esportes, lá na EMEF Vereador Carlos Pessoa de Brum, na Restinga, deu tiroteio de novo. As professoras, os alunos, os pais estavam abaixo de tiroteio de novo, Prof. Alex. Só pudemos dar uma ligada para a professora-diretora para prestar a nossa solidariedade, porque economizam, sabem como? Reduzindo guarda, tirando da periferia e botando na segurança no Centro. Isso foi dito pelo Secretário Kleber. Ele explicou, lá na Restinga, que ele precisa puxar para cá, porque, junto com a Brigada, o foco do crime está no Centro, e a Guarda está assumindo a segurança pública, descobrindo as escolas e os postos de saúde. Esse é o modelo Marchezan, que, se esta Câmara não se levantar, vai ser mais desastroso ainda. Esse é o modelo Marchezan! Não é possível que o Município seja conivente com a falta de segurança, deslocando a Guarda Municipal e descobrindo os colegas municipais, os alunos, os pacientes, os pais.

Hoje a professora Márcia me dizia que, no Cegeb, entraram dois armados ontem. Dando aula e não tem segurança nenhuma no centro comunitário, estão entrando pessoas armadas. Essa é a economia, por isso não votei na emenda da economia, porque fazer economia tirando a vida das pessoas, Ver.^a Fernanda, fazer economia tirando política pública, não atendendo às crianças, como na EMEI Santo Expedito... Cem crianças de zero a seis anos passaram o semestre todo sem aula. O Prefeito fez economia! A lógica dele é outra.

Ontem nós representamos por improbidade administrativa o Prefeito, não por incompetência de gestão, por improbidade. Ele usa a máquina pública o tempo de Prefeito. Hoje fez um vídeo de oito minutos se vangloriando que usa esse tempo de Prefeito, dentro da Prefeitura, para combater política partidária, partidos vermelhos, quadrilhas. Isso é postura de Prefeito? É esse Prefeito reizinho que a Câmara acha que tem que fazer tudo que ele quer? Além de promover o desmonte, o retrocesso de décadas atrás, separar a Controladoria, separar as funções do DEP. Com essa economia nós não concordamos, nós queremos a economia verdadeira e vamos votar com você. Diminua os CCs, pare de mentir, pare de fazer de conta.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 13, destacada, ao PLCE nº 005/17.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, na esteira do que foi dito aqui pela Ver.^a Sofia Cavedon, tendo em conta que o Prefeito é 24h Prefeito da Cidade, nós deveríamos processar o Prefeito por improbidade pelos minutos que ele vai ao banheiro. Nós também deveríamos processar o Prefeito por improbidade pelas horas que ele dorme, está desperdiçando essas 24 horas das quais ele é Prefeito. Olha, nós devíamos processar o Prefeito por improbidade levando em consideração o tempo que ele leva para comer, já que ele é Prefeito 24 horas por dia. Eu nunca vi um *show* de hipocrisia tão eloquente como eu vi agora da Ver.^a Sofia Cavedon que aplaudiu o discurso do Ver. Alex Fraga, quando ele falava dos CCs. Logo o PT, essa nuvem de gafanhoto que destruiu o Brasil, essa nuvem de gafanhoto que tem uma tara, que tem uma obsessão, que tem uma loucura por CCs. Logo esse partido de inspiração totalitária, que cuspiu na Constituição, que não respeita a vida, a democracia, a liberdade; logo esse partido que patrocinou aquele espetáculo de fascismo aqui na invasão violenta da Câmara na semana passada. Logo esse partido! A Ver.^a Sofia Cavedon dando um *show* de hipocrisia, aqui aplaudindo a extinção dos CCs. Sobre este projeto, eu quero dizer a você que está me ouvindo em casa, que isso é jurídico. Extinta a secretaria, não tem como nomear CC para uma secretaria que não existe. Por isso eu vou encaminhar o meu voto contrário ao projeto, é um projeto para a torcida, para você, que está aí em casa, ouvir. Então, a Ver.^a Sofia está aplaudindo a extinção de CC. Quando eu fui presidente do FDRH, já falei aqui na tribuna, eu assumi a presidência, e

não veio um CC, só veio FG, Ver. José Freitas, só FG. No dia seguinte, Ver. Pujol, no primeiro mês, o Governo Tarso Genro colocou na FDRH 42 CCs, numa fundação que não tinha 60 funcionários. É uma hipocrisia! É uma falta de vergonha na cara! É um cinismo político que esse partido pratica no Brasil há 12 anos e fica ocupando os nossos ouvidos falando, fazendo esta tribuna de palanque para convencer você, que está em casa, de mentiras, falácias, ridículas e deslavadas. Essa é a Ver.^a Sofia Cavedon aqui discursando, aplaudindo extinção de CC. Eu nunca vi cinismo tão grande na minha vida como vi há pouco nesta tribuna. Eu estou encaminhando o voto do PROS contrário ao projeto, sabem por quê? Porque nós aqui temos inteligência política, para nós, dois e dois são quatro. Nós não entramos na irracionalidade política que está tomando conta do Brasil. Juridicamente, Vereadores, é impossível nomear um CC para um lugar que não existe mais. É impossível. O Prefeito que assim o fizer pode responder por esse ato. Então, a extinção dos CCs já está embutida neste projeto que nós vamos votar hoje de extinção das secretarias.

De mais, você que está em casa, tome a vacina necessária contra a demagogia, contra a hipocrisia, contra o cinismo político, porque o Brasil já cansou disso. Aliás, o líder da quadrilha hoje foi condenado a nove anos e meio de prisão. É a primeira das condenações. Espero que o Temer também seja condenado, espero que a gente vá fazendo fila de corruptos, porque o Brasil precisa ser passado a limpo, a começar limpando o Brasil de tudo que o PT fez na nossa história. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 13, destacada, ao PLCE nº 005/17, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Wambert, eu não vou te responder nesse conjunto de coisas que tu falaste. Eu queria só te dizer que devia ler o projeto que vocês vão votar a favor, justamente porque o Prefeito poderia responder por improbidade – ele colocou, no caso de nomear CCs em secretarias extintas, o Parágrafo Único do art. 15 diz que na forma do disposto no art. 16 desta Lei Complementar, os cargos em comissão e funções gratificadas criados e lotados no Gabinete de que trata o *caput* deste artigo ficam mantidos no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Administração Centralizada em que foram criados, devendo sua lotação ser estabelecida por Decreto. Então, o Marchezan está extinguindo as secretarias, enxugando as políticas públicas e mantendo os cargos em comissão. Se tu vais votar a favor disso, diz que tu vais votar a favor disso, nós estamos mostrando que esse discurso é incoerente, quando, na verdade, estão atacando os direitos do povo, e, ao mesmo tempo, mantendo os CCs para os partidos da base aliada ou para os amigos do Marchezan.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 13, destacada, ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 07 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 14, destacada, ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 14, destacada, ao PLCE nº 005/17, como autor.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, esta emenda é extremamente simples e não precisa de grandes aptidões cognitivas para compreender o seu sentido. Eu vou fazer aqui uma explanação técnica, a partir da emenda. Ela recoloca todo o processo de licenciamento ambiental dentro da pasta ambiental – todos os processos de licenciamento –, desde a sua concepção, desde a sua coordenação, desde a sua aplicação até as saídas das licenças ambientais. Isso foi desconfigurado naquele primeiro projeto, lá no início do ano, que foi aprovado por esta Casa Legislativa, apesar da nossa divergência, da nossa sustentação, colocaram a coordenação do licenciamento ambiental dentro da pasta de Desenvolvimento Econômico, eis que isso fere a legislação federal! E, por isso, trago aqui alguns argumentos técnicos a respeito dessa barbaridade, que foi feita lá em janeiro. Hoje, nós temos a oportunidade de corrigir esse absurdo! A Lei nº 6.938, de 1981, institui a política nacional do meio ambiente, no seu art. 6º, nós temos a designação da constituição do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, e seus integrantes. No inciso VI diz o seguinte: “Órgãos locais: os órgãos ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições”. Ou seja, secretarias municipais do meio ambiente. Na Resolução nº 001, de 1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, que não é apenas um órgão consultivo, é um órgão também regulativo, diz o seguinte: “Os órgãos ambientais competentes deverão compatibilizar os processos de licenciamento ambiental”. Ou seja, é atribuição da Secretaria do Meio Ambiente. A Resolução nº 237, de 1997, também do Conama, no seu art. 2º, diz que empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetivas ou poluidoras, bem como os empreendimentos capazes de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente. Todas as legislações federais apontam que a pasta competente tem a responsabilidade pelo licenciamento, e não apenas de assinar o papel! É isso que o Prefeito e esta gestão propõe: transformar a Secretaria Municipal do Meio Ambiente em uma assinadora e carimbadora de papel, ou de apenas a liberação da licença ficará a cargo desta pasta responsável pelo processo, de acordo com a Legislação federal. Precisamos então corrigir essa barbárie que foi feita lá em janeiro e está sendo sacramentada agora. Eu peço, então, aos Vereadores e às Vereadoras que se atentem a este fato. A Prefeitura está indo contrariamente a resoluções federais, não sou eu que estou inventando, é o corpo das leis que determina. Portanto, eu peço que os Vereadores aqui presentes botem a mão na consciência e corrijam esse absurdo, essa excrescência jurídica que o Prefeito quer soltar goela abaixo nesta Cidade. Não dá, o licenciamento ambiental não pode ficar a cargo da gestão da Secretaria de Desenvolvimento

Econômico, isso é contradizente. Por favor! Peço, então, apoio dos Vereadores e das Vereadoras para aprovação desta nossa emenda.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 14, destacada, ao PLCE nº 005/17.

O SR. ADELI SELL: Meu caro Presidente, colegas Vereadores, Vereadoras, serei breve, objetivo, porque já discutimos no dia 2 de janeiro exaustivamente aqui, fiz uma intervenção longa, explicativa. Estava conversando agora com o nosso Presidente sobre isso, há uma confusão, as coisas não estão claras, na minha opinião são nebulosas, mas tudo bem, a maioria, pelo que estou vendo aqui, Ver. Prof. Alex, vão se posicionar por manter a posição governamental. Acho que haverá problemas. Não vim aqui para fazer nenhum tipo de disputa, já discuti isso com o Ricardo Gomes, já conversei com o Maurício Fernandes, acho que o Governo terá dificuldades com a questão da legislação federal, do enquadramento conforme V. Exa. já colocou aqui. Portanto, a minha bancada, junto com a sua bancada e outros Vereadores, não poderia deixar de vir aqui expressar a nossa divergência. Nós queremos ajudar a Cidade, é uma tentativa de ajudar, se depois der errado, nós vamos fazer um balanço e seremos duros na cobrança. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 14, destacada, ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**, 21 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, ao PLE nº 003/17.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 15, destacada, ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 09 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 16, destacada, ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada ao PLCE nº 005/17, como autora.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, eu já me referi à Emenda nº 16 várias vezes na tribuna, então, lhe peço apenas para encaminhar daqui, trinta segundos, explicando que a Emenda devolve ao Parlamento a prerrogativa de qualquer mudança no Orçamento. O projeto de lei prevê um cheque em branco para que o Marchezan e o Governo alterem o que foi votado no Orçamento a partir dessa reestruturação. O que nós estamos dizendo? Que pode ser alterado, desde que venha ao

Parlamento e haja o debate democrático sobre qualquer alteração para que não seja um cheque em branco para o Governo. Então, esta Emenda nº 16 nós encaminhamos pela aprovação.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLCE nº 005/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Um pouco de paciência, Ver.^a Fernanda, eu preciso falar, o Ver. Adeli falou. Acho que tem muito cheque em branco para ser mudado por esta Casa. Alguma explicação a gente gostaria de ter. Este, por exemplo, é gravíssimo: por decreto, o Prefeito vai alocar os CCs, eles estão todos retirados das secretarias, e o Prefeito vai colocar onde bem entender. O orçamento, da mesma maneira. Sobre o licenciamento ambiental, gente, essa questão é gravíssima, licenciamento ambiental não estar vinculado à Secretaria do Meio Ambiente! A nossa Bancada, Ver. Adeli, Ver. Oliboni, Ver.^a Sofia...

(Aparte antirregimental.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu posso falar? Pega um pedaço da minha fala e se incomoda? Sustentem o seu voto! Não daremos o cheque em branco. Quero deixar muito claro. Sei do que estou falando, estou exemplificando com várias votações aqui, onde está se fragilizando a legislação, a garantia dos direitos da política pública, de parâmetros republicanos da política pública, e uma delas é esse tema do orçamento dos CCs, da autorização por decreto, para o Prefeito fazer o que quiser, que esse é o espírito da reestruturação, sim, em vários itens. A nossa Bancada discorda, o Prefeito tem a sua condição de gestão, mas construa com a Cidade.

Vou lembrar a V. Exas. que esta é a cidade do Orçamento Participativo. É a Cidade de 26 conselhos temáticos, onde a população pode opinar, pode incidir no planejamento, no controle do Orçamento Participativo, do Orçamento da Cidade. Isso foi exemplar para o mundo, o Prefeito viajou a Paris agora e falava disso. O Prefeito Fortunati também, o Vice-Prefeito Melo muitas vezes. E nós estamos cada vez mais afrouxando, retrocedendo em marcos históricos, em marcos que são da nossa Cidade, que escreveu a Cidade no mundo, a democracia não merece isso, e a Capital dos gaúchos também não. Nós votamos com a Emenda de vocês, Ver. Prof. Alex.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLCE nº 005/17.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu queria pedir licença aos meus colegas Vereadores para discordar da Ver.^a Sofia que está se autoelegendo como corregedora dos nossos votos. Quero protestar aqui por uma colega ser corregedora do meu voto, Ver. Pujol. Não é possível. Nós passamos a tarde toda aqui e eu quero dizer que eu votei de acordo com a minha consciência. Eu não votei em coisas perigosas, coisas criminosas, como a Vereadora disse aqui. E nenhum Vereador fez isso, Ver. Janta. Nós votamos de acordo com as nossas consciências, de acordo com aquilo que achamos certo e, assim, nós vamos continuar, inclusive nesta emenda. Ninguém está pedindo para não votar ou não. O que diz o art. 22? “Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações na Lei Orçamentária, visando à transposição, ao remanejamento ou à transferência de recursos orçamentários para os órgãos desmembrados, transformados, fundidos, incorporados, transferidos ou criados, até o limite das dotações autorizadas, mantidas as classificações funcional-programáticas e econômicas correspondentes.” Ponto final, não falo mais e vou votar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Emenda nº 16, destacada, ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 07 votos **SIM**, 23 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Em votação a Emenda nº 19, destacada, ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 19, destacada, ao PLCE nº 005/17, como autor.

O SR. RODRIGO MARONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde. Primeiro, eu queria agradecer a todos os Vereadores que foram solidários e generosos à reapresentação da emenda. Mesmo sabendo que a maioria deles vai votar contrariamente à emenda, foi algo democrático, simplesmente para eu trazer o tema aqui. Eu quero, inclusive, dizer que eu apresentei esta emenda, Alex – e aí não é jogo de cena nem demagógico, nem nada, apesar de acreditar que dá para se construir uma política pública para os animais, independente da nomenclatura, seja departamento, seja secretaria, seja secretaria da defesa, até porque a antiga Secretaria dos Animais, que defendi aqui veementemente, no dia 2 de janeiro, nunca teve um trabalho ideal. Eu queria fazer aqui uma menção ao Prefeito Fortunati, que foi o primeiro Prefeito que teve coragem de colocar uma Secretaria de Animais; queira ou não queira, goste ou não goste, seja crítico, para mim não era a ideal – eu, pessoalmente, atendi muito mais, como tu falaste, na porta do gabinete ali, mas ele foi o primeiro que trouxe a política pública para os animais a ser discutida. Hoje, o Governo Marchezan está forçado pelo menos a manter algo para os animais que não se tinha na cidade de Porto Alegre, como não há na maior parte dos municípios do País. Essa ideia da política pública para os animais lamentavelmente não é pensada pela maior parte dos governos. E foi no Governo Fortunati/Melo que foi pelo menos pensado isso. Eu quero aqui também fazer

um agradecimento ao Ver. Cláudio Janta, que permitiu que a gente apresentasse a emenda, de forma democrática, entendendo o peso desse tema e da discussão. Temos um hospital público para o qual temos que pensar em alternativas para funcionar, temos um canil que hoje é muito pequeno, que tem que ser ampliado, e milhares de animais abandonados. Mais do que uma defesa da SEDA, aqui, independente do voto de cada um, eu quero dizer que eu faço a defesa de que esse tema seja aprofundado e discutido para que a gente consiga elaborar uma política pública para ter uma guarda que efetivamente acompanhe casos de maus tratos e abandono, um hospital em funcionamento, seja como for. A ponta, Janta, olha aqui, do hospital pode ser financiada de forma privada, pode ser com parcerias, pode ser com parcerias com universidades. O animal que está em sofrimento quer sair do sofrimento e a pessoa que não tem dinheiro para pagar – e tem vários aqui dentro, funcionários que já me pediram atendimento, pois não têm dinheiro para pagar. O que importa é que exista uma política pública pensada. Quero agradecer essa sensibilidade e dizer que independente, aqui, o mais importante é que se a política pública passar a ser melhorada e existir, de fato – a SEDA foi criada, esse foi um passo -, agora a gente tem que tentar aprimorar e melhorar, pois isso vai ser fundamental. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 19, destacada, ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 20, destacada, ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 20, destacada, ao PLCE nº 005/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, não cabem nesta hora grandes pronunciamentos. Só quero acentuar que esta emenda em que apareço como primeiro signatário é fruto de uma composição geral, tem assinatura e apoio das lideranças do PMDB, do PDT, do PROS, do PTB e inúmeras lideranças da Casa, e em especial deste jovem Vereador que o PP trouxe aqui para a Casa, que foi meu parceiro maior da elaboração da emenda desde o primeiro momento. Quero dizer a todos vocês que é muito bonito a gente falar quando a Casa está cheia, e ganhar aplauso ou ganhar vaia, agora a Casa não está com ninguém, mas nós cumprimos, rigorosamente, nosso dever. Nós que queremos priorizar o esporte, garantimos com essa emenda, a mais absoluta priorização no esporte desta Cidade. Por isso, ao votar, não votarão numa emenda do Ver. Pujol, mas numa emenda de consenso dos independentes da Casa, aos quais o Governo aderiu com a maior intensidade. Era isso, Presidente, somente isso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 20, destacada, ao PLCE nº 005/17. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **APROVADA** por 33 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLCE nº 005/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM** e 06 votos **NÃO**.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: A bancada de oposição vota contra o projeto, passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “O projeto em questão tem por objetivo principal encaminhar o desmonte da máquina pública municipal, criando secretarias gigantescas, com orçamentos e poderes excessivos e, ao mesmo tempo, extinguindo secretarias emblemáticas na estrutura do Município, como é o caso da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (primeiro órgão público de meio ambiente do Brasil), da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos, da Secretaria Municipal dos Esportes, do Departamento de Esgotos Pluviais, entre outras pastas. Com a extinção da Secretaria Municipal dos Esportes, este Governo, na prática, termina com a política pública municipal de esporte, que beneficia preferencialmente a população menos favorecida, restringindo, de uma forma elitizada, aos grandes clubes sociais o fomento à prática esportiva na nossa Cidade. A proposta do governo aglutina funções sem nenhuma afinidade em um mesmo órgão e retira atividades fundamentais para a gestão pública de pastas como a da sustentabilidade, que deixa de coordenar o importante processo de licenciamento ambiental, passando este para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, subordinando a gestão do meio ambiente aos interesses do mercado. Por fim, o projeto de reforma administrativa do Governo contempla uma grande contradição, vindo de encontro ao discurso de ‘terra arrasada’ das finanças públicas municipais e da necessidade de economia dos gastos da prefeitura, uma vez que mantém os cargos comissionados e as funções gratificadas nos órgãos municipais que estão sendo extintos. Porto Alegre, 12 de julho de 2017.” Assina a bancada de oposição.

(A Ver.^a Fernanda Melchionna procede à entrega da Declaração de Voto.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Será juntada às notas taquigráficas.

O SR. ADELI SELL: Só queria que corrigisse o meu voto de “sim” para “não”. Eu me enganei.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não é mais possível, Vereador. Fica só o registro na ata, mas não é mais possível alterar a votação.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Muito obrigado, Presidente. Eu quero aqui contemplar o senhor, Presidente desta Casa, que conduziu os trabalhos

maravilhosamente, assim como o Luiz Afonso, o meu voto foi “sim”, porque, pelo esporte, vou falar “sim” sempre.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Tarciso, se o senhor quiser que conste como Declaração de Voto, por favor encaminhe por escrito.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Não, não precisa.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1306/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 003/17, que altera o art. 3º da Lei nº 11.403, de 27 de dezembro de 2012, que alterou a Lei nº 4.267, de 7 de janeiro de 1977 – que autorizou o Poder Executivo a constituir a Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (Procempa).

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- retirado o Substitutivo nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 12-07-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLE nº 003/17. (Pausa.) O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLE nº 003/17.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Srs. Vereadores, me desculpem, sei que já são 10h05min, estamos aqui desde as 14h fazendo essa discussão, sei que está todo mundo cansado, eu também, mas eu queria só fazer dois registros: o primeiro é que eu apresentei um Substitutivo, porque o espírito do Governo – tenho tido independência, hoje ajudei nas votação porque achei que eram questões justas, mas quando tenho que votar contra, eu voto, sem nenhum problema – era de redução dos custos. Pois bem, nós temos uma empresa que é estatal e tem o monopólio do mercado.

(Aparte antirregimental do Ver. Mauro Zacher.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Ver. Mauro Zacher, me desculpe, eu vou falar, é meu direito, não falei até agora. Ver. Mauro Zacher, não falei até agora, vou

falar, por favor, só não atrapalhe meu raciocínio, lhe peço isso, com toda a educação. Nós temos uma empresa que tem monopólio, que pratica, por isso, preços mais altos do que todas as empresas do mercado, e o Prefeito tinha dado uma diretriz, que era o teto para o servidor público de R\$ 19 mil. Eu apresentei um Substitutivo que era para trazer os salários dos diretores para esse mesmo teto. Eu tenho diretores lá que são meus amigos, não é essa a questão, mas se os diretores têm auxílio-saúde, plano de previdência, plano de saúde, auxílio-supermercado, uma série de benefícios que ninguém tem, e os salários eram R\$ 22 mil, eu só quis adequar os salários deles ao mesmo teto que o Prefeito estabeleceu, de R\$ 19 mil. Então, o meu projeto propunha, nada mais, nada menos, do que isso. O Governo fez um apelo, eu compreendi o apelo, quero me dirigir ao Líder do Governo e aos Vereadores, e o retirei, mas não quer dizer que eu não deixe aqui consignada essa minha posição. Mais do que isso, quero aqui deixar consignado também um protesto: por mais que seja necessária a racionalização e tudo isso, o Governo promoveu a exoneração dos servidores CCs – eu também acho que tem que diminuir CC – sem pagar os direitos trabalhistas devidos por lei, que é a multa indenizatória dos 40% sobre o Fundo de Garantia. É um direito do trabalhador. Nós estamos celebrando, eu quero cumprimentar o Congresso Nacional que fez a reforma trabalhista ontem, para mim não é regresso, é avanço, é uma legislação de 60 anos, precisavam muitas coisas ser reformadas, foram reformadas, está de parabéns o Congresso Nacional, acho que o Brasil tinha muitas amarras, ainda precisamos da reforma tributária, precisamos da reforma política; agora, isso está consagrado lá na Constituição, e fazer isso, na verdade, está criando um passivo para o Município. Eu também acho que, muitas vezes, a Justiça do Trabalho é uma indústria, tem essa visão da hiposuficiência do trabalhador, às vezes, o empregador paga tudo e ainda tem que pagar mais um pouco lá, também não está correto, agora, não pagar a indenização dos 40% está errado. Está errado. Eu, tendo ajudado, tendo retirado, quero deixar essa posição consignada aqui: se o princípio era esse, de racionalização e redução, o Substitutivo que eu fiz vinha nesse sentido, e quero dizer ao Governo que se equivoca profundamente quando promove a exoneração das pessoas lá de dentro da Procempa e não paga os seus direitos, que são direitos devidos por lei. Por mais que nós queiramos fazer diminuição da máquina e tudo mais, aquilo que é direito do trabalhador, é direito. Nós já votamos aqui a questão, esta semana, de não onerar a sociedade em pagar 25% da aposentadoria dos trabalhadores, votei junto com o Governo com todo o desgaste com o Simpa, que, volto a dizer, é aparelho político de determinados partidos, não tem problema; mas quando tenho que demarcar as posições no sentido daquilo que acho que é correto, é isso que estou fazendo aqui: acho que o Governo errou, porque revogou a CLT sem ter passado pelo Congresso. Se o trabalhador é demitido e faz jus aos 40% de indenização sobre o Fundo de Garantia, que se pague, porque esse é o tipo de economia porca. Meu caro Presidente da Força Sindical e Líder do Governo, o senhor é líder sindical: esse é o tipo de economia que não se faz, não se faz! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLE nº 003/17. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 003/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vou falar porque nós colocamos uma emenda e queríamos sustentá-la. Primeiro quero dizer “sim” quando o Prefeito Marchezan, na nossa avaliação, óbvio, nas questões que são coerentes com o seu discurso, nós votamos a favor, e nós votaríamos a favor dessa redução, extinção de altos salários, criação de outros mais baixos na Procempa. Entendemos que é positivo e a nossa Bancada vai votar, como votamos a emenda do Ver. Maroni, apesar de tudo que esse Vereador fez nesta tribuna de pessoal e, na minha opinião, de falta de consideração e de respeito, nós votamos pelo projeto. Ele sabe, porque eu já disse pessoalmente. E a nossa emenda propõe uma diferenciação, achamos que nisso o Governo se distraiu, porque, no projeto do Governo, ele mantém o salário dos gerentes igual aos salários dos supervisores. A sugestão dos funcionários é diferenciá-los. Nós estamos deixando os gerentes no M-070 e os supervisores no M-065, dentro da classificação de cargos e salários. Significa uma diferença de R\$ 500,00 a menos nos salários dos gerentes para os supervisores. Porque tem uma hierarquia e essa diferença salarial, além de poupar mais recursos para o Município, vai garantir essa hierarquia. Vejam que são 20 supervisores e são seis gerentes. O salário do gerente é R\$ 9 mil e alguma coisa, no teto máximo dos CCs, e os supervisores ficam com R\$ 500,00 a menos. Então me parece bastante coerente. Achamos que é uma forma coerente e correta de poupar recursos públicos e assim esperamos que essa emenda seja incorporada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 003/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Nós achamos que a redução de CCs proposta no projeto do Governo é extremamente tímida. Esse é um dos poucos projetos do pacote que a oposição, por óbvio, votará a favor. Agora, é preciso reduzir mais CCs, na Procempa, em particular, que tem um quadro de funcionários concursados extremamente qualificados e que tem os mais altos CCs da Prefeitura de Porto Alegre. Então, o que estamos propondo? O projeto reduz cerca de 30% dos CCs, a nossa emenda reduz 70% dos Cargos em Comissão. Por exemplo, o cargo de supervisor, tem 29 supervisores hoje na Procempa. O projeto do Marchezan está propondo passar para 20, nós estamos propondo passar para 10, não acabar. Coordenação de assessoria é sete, se mantém em três. Secretário, diretoria, a quantidade atual é três, passa a zero. Outra mudança é a questão de assessoria. Atualmente tem 14, o projeto passa a nove, estamos propondo cinco. Nós achamos que poderia ir além, mas propusemos uma emenda que pudesse garantir, por um lado, a valorização do corpo técnico, reduzir os mais altos cargos em comissão da Prefeitura de Porto Alegre e ao mesmo tempo economizar

naquilo que precisa ser economizado, que é esse desperdício de dinheiro público, verdadeiro cabide de empregos que, lamentavelmente, virou a Procempa, com corrupção, inclusive foi objeto de uma CPI que fizemos na Casa, que investigou 50 milhões de reais que foram surrupiados, muitos dos CCs, à época, envolvidos na maracutaia lá da Procempa. Então, é necessário reverter esse quadro, que foi aumentando ao longo dos anos e sobretudo foi majorado na reforma administrativa do Fortunati, em 2012. Nós votaremos a favor do projeto, mas achamos que ele pode melhorar, que a redução é muito tímida. A nossa emenda vem no sentido de melhoria, e nós esperamos fazer uma votação coerente com aqueles que volta e meia dizem que são a favor de reduzir CCs. Então nós contamos com o voto de todos e todas na nossa Emenda.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 003/17.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Só uma consideração rápida. Concordaria com quase tudo do projeto menos quando diz que tem que botar servidor nesses casos de direção. Aí, tem um cara muito qualificado que pode dirigir, vem da Dell, da IBM, vem Apple e não pode assumir como dirigente. Então, é o engessamento de uma estatal, por isso sou contrário a ela. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 003/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 06 votos **SIM**, 23 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 003/17. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **REJEITADA** por 06 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLE nº 003/17. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM**.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, eu junto a justificativa de voto, informo que votei “sim”, mas acho que a redução de custos poderia ser maior. Todavia, está equivocado o não pagamento das indenizações trabalhistas dos funcionários demitidos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Visivelmente não há quórum. Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 20h22min.)

* * * * *